Finalmente há a mencionar o decreto n.º 21.196, de 23 de março de 1932, abaixo transcripto:

“O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil, considerando:

que o actual 5.º Regimento de Artilharia Montada com parada na cidade de Santa Maria — Rio Grande do Sul — é o sucessor do tradicional “1.º Regimento de Artilharia a Cavallo”, único corpo de artilharia de campanha que foi criado na Regencia Provisoria, pelo decreto de 4 de maio de 1831, com a denominação de “Corpo de Artilharia a Cavallo”, e que, através sucessivas organizações, onde apenas houve mudança de numeração, veiu a se transformar no 5.º Regimento de Artilharia Montada, sendo assim o decano da Artilharia de Campanha do nosso Exército;

que sob o comando do então major Emilio Luiz Mallet, marchou aquelle regimento, em 1851, para cooperar na Liberdade do Povo Argentino contra a tyrannia de Rosas, apoiando, com os seus fogos, nossa infantaria no ataque a Monte Caseros;
que, em 1864, seguiu sob o mesmo comando para compartilhar na redempição da liberdade Uruguaya contra Aguirre, tendo actuação heroica no assalto a Paysandú e que na guerra do Paraguay contam-se as suas acções brillantes e decisivas pelas batalhas que ali se travaram;

Decreta:

Art. 1.º Fica considerado patrono da Arma de Artilha-
ria o marechal Emilio Luiz Mallet, e o actual 5.º Regimento
de Artilharia Montada passa a denominar-se “Regimento
Mallet”.

Art. 2.º O “Regimento Mallet” terá um estandarte pro-
prio com as seguintes características: sêda vermelha de-
bruadada em franja dourada com 1m,10 x 0m,80 em cujo cen-
tro se destacarão dois canhões “La Hitte”, cruzados e dou-
rados, como também o distico “Regimento Mallet”, e a
data de 4 de maio de 1831, tudo inscripto em um losango
sobreposto a um retângulo, ambos em campo azul ultra-
mar contornado por um friso dourado. Nos quatro cantos do
retângulo vermelho serão inscriptas as principais batalhas
em que o Regimento tenha actuado; tudo conforme o
modelo que a este acompanha.

Art. 3.º O estandarte do “Regimento Mallet” em for-
matura geral ou com outras tropas, será colocado à esquerda
da bandeira nacional, e em seu logar, quando de formaturas
de sub-unidades isoladas, sendo recebido e retirado com as
mesmas formalidades.

Art. 4.º O talabarte será de sêda com quatro faixas,
duas azuis no meio e uma vermelha em cada bordo, todas
limitadas por galões dourados; na parte inferior terá uma
borla de fios de ouro.

§ único. O estandarte será preso a uma lança de ma-
deira envernizada terminando em ponta de metal dourado,
donde cairá uma roseta com duas fitas de sêda verde ama-
rella, com franjas de ouro, tendo em uma o distico 5.º Regi-
mento de Artilharia Montada.
Art. 5.° O Ministerio da Guerra baixará as instruções necessárias à execução do presente decreto.

Art. 6.° Revogam-se as disposições em contrário. — Rio de Janeiro, 23 de março de 1932, 111.º da Independência e 44.º da Republica. — (a) Getulio Vargas — José Fernandes Leite de Castro.”

**Pavilhões Navaes**

A' prôa dos nossos navios de guerra vê-se uma pequena bandeira azul com uma cruz formada por duas linhas de estrelas brancas.

E' o “jaque” brasileiro. Todas as nações têm o seu jaque, isto é, a sua pequena bandeira de guerra, que se hasteava antigamente no mastro do Gurupés (1), e desde que este mastro desapareceu, com a navegação a vapor, é içada num pequeno mastro no extremo da prôa do navio.

E' arvorada todos os dias no navio que tem o distintivo do commando superior, na mesma ocasião em que se iça a bandeira nacional na pôpa. Fóra deste caso, os navios de guerra sómente içam o jaque aos domingos e dias feriados ou de embandeiramento.

O jaque é quasi sempre diferente, no desenho, do pavi lhão a que pertence o navio; mas em sua composição entra ordinariamente alguma das cores nacionaes, senão todas.

O jaque brasileiro é azul com uma cruz de vinte estrel las, como já foi referido. E' um symbolo glorioso, que tem

---

(1) — “Gurupés” é o mastro que trazem os navios a véla colocado no extremo da prôa, obliquo, para fóra della, no alinhamento da quilha, formando um angulo agudo com o plano do horizonte.
figurado em nossos episódios navaes, ao lado do pavilhão nacional.

Foi criado pelo decreto n. 544, de 18 de dezembro de 1847, abaixo reproduzido:

“Hei por bem Ordenar que d’ora em diante os Navios de guerra da Armada Nacional usem de huma bandeira particular no gurupês, a exemplo do que se pratica nos Navios de guerra de outras Nações; a qual será de forma rectangular, tendo inscripta uma cruz formada de dezoito estrellas brancas sobre campo azul celeste, symbolizando as Provincias do Imperio, sob o emblema da sua primitiva denominação. — Palacio do Rio de Janeiro, em 18 de dezembro de 1847, 26.º da Independencia e do Imperio (a) Candido Baptista de Oliveira. (Com a rubrica de S. M. o Imperador)” (1)

O decreto n. 216 E, de 22 de fevereiro de 1890, alterado pelo de n. 3.686, de 20 de junho de 1900, manteve o jaque do Imperio, accrescentando-lhe mais duas estrellas (2).

A origem do jaque é um tanto obscura, embora seja elle um symbolo adoptado em todas as armadas do mundo. Conjectura-se, quanto ao vocabulo, que procede do franzes “Jacques”, passando tal insignia a se denominar assim por causa do rei Jacques I, que introduziu na Inglaterra o primeiro estandarte da União. Outros opinam que vem da palavra “Jack”, como escrevem os ingleses, (sobre- veste de couro ornada com a cruz de São Jorge). Nenhuma dessas hypotheses abrange, porém, os usos primitivos e os actuaes do jaque militar. No Brasil não se fez mais do que adoptar um uso generalisado em todo o mundo, desde tempos remotos.

(1) Collecção de Leis do Imperio do Brasil, 1847, tomo X, parte 2.º, pag. 125
(Typ. Nacional, 1848.)

(2) Decretos do Governo Provisorio, 1890, 2.º fasciculo, pag. 325 (Imprensa Nacional, 1890); Collecção das Leis da Republica, 1900, vol. I, parte 2.º, pag. 666 (Imprensa Nacional, 1902).
PAVILHÕES NAVAES

36-Flammula de guerra

37-Jaque brasileiro
(ou bandeira do Gurupês)
O primeiro jaque portuguez foi adoptado por D. Miguel: era branco, orlado de vermelho, com as armas reaes no centro. D. Pedro IV trocou a côr da orla, que de vermelha passou a ser azul.

Outro curioso distintivo dos navios de guerra é a flammula, bandeirola longa e estreita, que se iça no mastro grande. Como succede com o jaque, todas as nações soberanas têm a sua flammula de guerra.

A da marinha brasileira é azul, com vinte e uma estrelas brancas, symbolisando as 21 unidades da Federação. A flammula é hasteada no mastro grande do vaso de guerra, se nelle não houver algum pavilhão içado.

Este mesmo distintivo é arvorado no tope do mastro grande de navio mercante brasileiro, pertença ou não a companhias subvencionadas pelo Estado, se estiver fretado para o serviço publico e for commandado por official da Armada ou tiver a bordo algum official ou empregado do Ministerio da Marinha, encarregado de fiscalizar e entregar a carga que conduzir.

Em qualquer outra circunstancia, é vedado aos navios mercantes o uso da flammula, ainda quando commandados por officiaes da Armada (1).

Em terra, as tropas de marinha costumam usar a flammula de guerra pendente da haste da bandeira nacional.

Outro pavilhão naval usado no Brasil é o do chefe da Nação. O do imperador era verde, com uma coroa imperial de ouro no centro. O do presidente da Republica é igualmente verde, com as armas republicanas entre o centro e a tralha. Foi instituido pelo citado decreto n. 216 E, de 22 de fevereiro de 1890, alterado pelo tambem já referido decreto n. 3.686 de 20 de junho de 1900.

(1) As informações não documentadas que aqui se encontram sobre o jaque e a flammula de guerra foram extraídas de um artigo anonymo inserto na revista da Liga Maritima Brasileira e reproduzido num folheto tambem anonymo, publicado em Sao Paulo, em 1909, sob o título O Culto da Bandeira.
Os decretos acima mencionados adoptaram mais as seguintes flammulas navaes:

Do ministro da Marinha: rectangulo azul, com uma cruz de estrellas brancas no centro, sendo doze dispostas verticalmente e dez horizontalmente; no canto esquerdo superior, a estrella das armas republicanas.

De almirante: igual á precedente, com esta modificación: no centro do quadro superior, junto á tralha, em vez da estrella das armas republicanas, tres estrellas brancas em diagonal.

De vice-almirante e contra-almirante: igual á precedente, reduzidas, porém, respectivamente, a duas e uma as estrellas brancas do quadro superior junto á tralha.

De capitão de mar e guerra: triangulo azul, atravessado por uma cruz de vinte estrellas brancas, cinco em cada braço.

Do commandante mais antigo: bandeirola vermelha, farpada, com uma cruz de vinte estrellas brancas.

Do chefe do estado maior da armada: bandeirola farpada, igual á precedente, mas azul.

Recentemente, os decretos n. 20.090, de 11 de junho de 1931, e n. 20.394, de 10 de setembro do mesmo anno, criaram mais dois pavilhões navaes: o da Aviação Naval e o do Regimento Naval. Eis o texto desses dois decretos:

Decreto n. 20.090:

"O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que lhe expoz o Ministro de Estado dos Negocios da Marinha, decreta:

Art. 1.º Fica criado o estandarte da Aviação Naval Brasileira, com os seguintes caracteristicos, conforme o modelo annexo: a) campo de côr azul celeste com cinco estrellas prateadas, representando a constelação do Cruzeiro do Sul e tendo ao centro uma aguia, em marron e ouro, — symbolo
da aviação; b) no ângulo superior da tralha — uma ancora verde, debruada a fio de ouro.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário — Rio de Janeiro, 11 de junho de 1931, 110.º da Independência e 43.º da República. — (a) Getulio Vargas. — Protogenes P. Guimarães.”

Decreto n. 20.394:

“O Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que lhe expôs o ministro de Estado dos Negócios da Marinha, decreta:

Art. 1.º Fica criado o estandarte do Regimento Naval, com os seguintes característicos, conforme o modelo annexo: a) campo de sêda vermelha com 1m.30 X 0m.60, cortado por uma faixa branca inclinada de 45.º da tralha para o alto, na qual se lê a data — 1808 — relativa à chegada dos fuzileiros navaes
ao Brasil; 6) fora da faixa, uma estrela branca de 0m,15 de diâmetro e no angulo superior, junto à tralha, o escudo do Regimento Naval.

Art. 2.º O estandarte será circundado de franjas de ouro, preso à haste por um laço de fitas com as cores nacionaes; o talabarte e a haste terão as cores do estandarte.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario. — Rio de Janeiro, 10 de setembro de 1931; 110.º da Independencia e 43.º da Republica. — (a) Getulio Vargas — Protogenes P. Guimarães."

Este pavilhão começou a ser usado sem o escudo do Regimento Naval, pois este emblema ainda não foi adoptado.
Bandeiras de Revoluções

Inconfidência Mineira

Os inconfidentes mineiros (1789) escolheram para símbolo nacional da sua malograda república uma bandeira branca com um triângulo equilátero verde no centro, paralelamente aos lados do qual se lia a divisa “Libertas quae sera tamen”. Descoberta a conspiração antes de explodir a insurreição libertadora, essa bandeira não chegou sequer a ser usada. Alguns dos conspiradores tiveram, porém, a ventura de escapar do degrado ainda a tempo de ver tremular sob o céu do Cruzeiro o auri-verde pavilhão do Brasil independente. E por signal que dois delles foram deputados da Nação à primeira Constituinte, reunida no proprio edificio da Cadeia Velha, onde trinta e tres annos antes haviam sido encarcerados pelo vice-rei d. Luiz de Vasconcellos.

A respeito da bandeira de Tiradentes, escreve Joaquim Norberto:

“Lembrou-se Tiradentes que caberia á nova republica nova bandeira.

131
Ponderando que Portugal adoptará por armas as cinco chagas de Jesus Christo, propoz que se adoptasse por armas da nova Republica um triângulo significando as tres pessoas da Santíssima Trindade. Já sobre este assumpto, que não era aliás da menor importância no ponto de vista em que se achavam as cousas, haviam discutido o coronel Alvarenga e o dr. Claudio Manoel da Costa. Era o doutor de opinião que se preferissem as armas da bandeira americana, que consistiam no genio da America quebrando as cadeias, e tendo por legenda estas palavras: Libertas oe quo Spiritus. Impugnou o coronel a pobreza da idéia e o doutor propoz então o seguinte: Aut libertas aut nihil! Ou liberdade ou morte!

Appellou Alvarenga para o versículo de Virgilio: Libertas quae sera tamen! A liberdade posto que tardia!

E essa foi a escolhida, mas esqueceram de designar as cores da bandeira, que talvez ficasse subentendido que deveria ser toda branca como a portuguesa.” (1)

Inconfidencia Bahiana

Seis annos depois da execução de Tiradentes, a 8 de novembro de 1798, subiam ao patibulo, na praça da Piedade, na Bahia, quatro heróes obscuros, dados como cúmplices de uma nova conjuração, orientada pelas mesmas idéias da Inconfidencia Mineira.

Os conspiradores—entre os quaes figuravam José da Silva Lisboa, mais tarde visconde de Cayuru, e Cypriano

(1) JOAQUIM NORBERTO DE SOUZA E SILVA — História da Conjuração Mineira (Rio de Janeiro, Livraria Garnier, pags. 115 e 116).
38 - Inconfidência Mineira (1789)
39 - Revolução Bahiana (1798)
40 - Confederação do Equador (1824)
41 - Revolução Bahiana (1833)
42 - Revolução de S. Catharina (1839)
Barata de Almeida, procures do movimento pela Independência — adoptaram uma bandeira partida em pala, de azul, branco e azul, tendo no centro uma grande estrela vermelha, rodeada, entre as pontas, de cinco estrelas menores, também vermelhas. (1) Era a bandeira da República Bahiense, que os inconfidentes pretendiam proclamar.

Este movimento teve significação notável na história da emancipação política do Brasil. E', entretanto, tão pouco conhecido que os nossos escritores raramente a elle se referem.

![Image]

Revolução Republicana de 1817

A ephemera republica pernambucana de 1817 usou, durante os poucos dias da sua existência, um pavilhão de duas faixas horizontaes: a de baixo branca com uma cruz encarnada e a de cima azul com um sol de ouro, aureolado pelo arco-iris, e, sobre este, a principio uma estrela e, mais tarde, tres.

"Abolindo de golpe a realéza, — escreve Alfredo de Carvalho — os republicanos cuidaram também logo da substituição dos seus emblemas.

O pavilhão nacional era então a bandeira conferida ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, pelo decreto de 13 de Maio de 1816 — branca, tendo no centro as armas da União, isto é, o escudo das armas de Portugal e Algarves sobreposto às armas do Reino do Brasil e por timbre a corôa

(1) F. Borges de Barros, artigo publicado nos Annaes do Archivo Publico e Museu da Bahia, vol. IX.
real (³). Os oficiais e soldados rebeldes, arrancando das barretinas as armas reais, retiraram-nas igualmente da bandeira que, nos primeiros dias da revolução, foi arvorada toda branca, a lembrar o estandarte dos Bourbons.

Segundo Tollenare não foi o acaso que determinou a adopção desta insignia: tinha por fim tornar menos brusca a transição e apresentavam-na como símbolo das intenções pacíficas; aliás, acrescentou, era a bandeira com que os fortes do Recife anunciamavam, havia muito tempo, o aparecimento de navios na costa e as embarcações vindas de fora, vendo sempre o signal acostumado, entravam sem desconfiança; era isto o que justamente se queria, porquanto havia falta de viveres na cidade e se receiava que o aspecto duma nova bandeira assustasse os que os traziam. (²)

A crer no citado contemporaneo, os membros do Governo Provisorio cogitaram de principio em adoptar a tricolor franceza; inquirindo, porém, da sua interpretação e informados de que exprimia a reunião dos tres estados, rejeitaram-na. (³) Assentaram então na organisação de uma bandeira propria a concretizar de modo assás expressivo as aspirações da nascente nacionalidade.

Não é desarrazoado suppor que o padre João Ribeiro Pessoa tenha sido quem presidisse a escolha e a disposição das cores e dos symbolos da nova insignia e — habil professor de desenho como era — até mesmo houvesse fornecido algum esboço ao artista incumbido da sua elaboração.

Esta foi confiada ao pintor Antônio Alvares, pardo fluminense de notável talento, que na occasião se achava no Recife e executou a oleo os retratos dos chefs republicanos, têlas a cujo numero talvez pertença o retrato de Domingos José Martins, ou, mais provavelmente, o de José Luiz de

(¹) Eduardo Prado — A Bandeira Nacional — S. Paulo, 1903, pag. 17.
(²) L. F. de Tollenare — Notas Domiciaes — Recife, 1905, pag. 188, E’ a bandeira franceza, disse ao autor um soldado rebelde, pag. 203.
(³) Loc. cit., pag. 205.
Mendonça, conservados ambos na galeria do Instituto Arqueologico.

O original do desenho da bandeira, então traçado a aquarella por Antonio Alvares, ainda existe actualmente: subtrahindo dos autos da devassa, figurou na exposição de historia do Brasil, de 1881 (n.º 20075) e deve parar hoje na Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro.

E perfeitamente identico á estampa que acompanha este artigo e conforme a seguinte descripção de Varnhagen: "A bandeira era bicolor, azul escura e branca, sendo as cores partidas horizontalmente; a primeira em cima e esta por baixo, e tendo, no rectangulo superior azul, o arco-iris com uma estrela em cima e o sol por baixo, dentro do semi-circulo; e no inferior, branco, uma cruz vermelha". (4)

Approvado o desenho, foram as bandeiras mandadas fazer pelo alfaiate José O. Barbosa, capitão de milícias pardas e mestre peritíssimo, que, auxiliado por seu irmão Francisco Dornellas Pessoa (5), as executou primorosamente, todas de sêda e compostas de pequenos retalhos desta fazenda para representar não só o colorido como o desenho dos emblemas. (6)

Assim, apromptadas as bandeiras necessárias, diz Muniz Tavares, foi determinado o dia para a benção, e consignação aos respectivos regimentos. Era o dia 21 de março, e foi o campo do Erario o logar escolhido para este acto religioso e político. Ali, às oito horas da manhã, achava-se já desfilada toda a tropa de primeira linha e milícias, com a musica em frente, que por intervallos fazia-se ouvir; no centro do campo tinha sido erguido um decoroso altar, sobre o qual colocaram-se as bandeiras. O altar estava voltado para o Oriente; o sol, reflectindo sobre elle os seus luminosos raios,

---

(4) Historia Geral do Brasil, 2.ª edição, Rio de Janeiro, 1878, pags. 1133-1134.
(5) P. de Dias Martins — Os Martyres Pernambucanos — Pernambuco, 1853, pags. 74 e 514.
parecia ensinar aos circumstantes a recorrer ao verdadeiro sol da Justiça, donde provém o único seguro auxilio. Ao pé do altar com devota compostura estava o deão da cathedral revestido dos paramentos sagrados e assistido pelo clero da parochia de S. Antonio em sobrepeliz; do lado do evangelho compareciam os cinco membros do Governo Provisorio com a Camara de Recife; a multidão do povo ocupava o resto da superficie.

Recitadas as preces que o ritual romano prescreve para aquella cerimonia, o deão alcançou uma das bandeiras e dirigindo-se aos soldados falou-lhes deste modo:

"In hoc signo vincis! O nosso Pae que está nos céos criou livres todos os homens; o espírito das trevas introduziu gaz infernal na alma dos malvados: estes ligaram os braços dos seus irmãos, armaram-se de azorrague, e chamaram-se principes absolutos. Desde então a criatura não pode mais erguer as mãos ao firmamento para supplicar ao Criador, a sua face contristada abaixou-se á terra, chorou. O sclerado manifestou desde o principio a reprovada sua origem, e abertamente mostrou que era filho de satanaz: reunindo a hypocrisia á iniquidade occultou debaixo de uma coroa a marca de Caim impressa sobre sua fronte, ungia com o santo Chrisma os seus cabellos e disse: Eu venho da parte de Deus. Blasphemia! O Senhor falou a Samuel: Esta será a razão do Rei: se apoderará dos vossos filhos e filhas, dos vossos campos, das vossas lavoiras; e accrescentou: um dia vós gritareis por causa do vosso rei, e eu não ouvirei porque o tendes eleito. Os escravos voluntarios pesam ao mundo e a Deus. Nós não elegemos principes, nós o combaternos, o perseguiremos até que entre no Inferno, donde o antigo inimigo do genero humano o extraiu. Se as provincias deste vasto Continente vos abandonarem, (o que o Omnipotente não permita) será inteira a vossa gloria, inteira a infamia dos cobardes que vos abandonaram e quando nos inescrutaveis arcanos da Providencia fôsse
decretado que succumbíssemos, será esplendido o nosso sepulchro, porque ultimos cedemos, porque sós ousamos resistir.

"In hoc signo vinces! do alto gritou a voz a Constantino Imperador, e lhe foi mostrada a cruz resplandecente nos céos, como documento de victoria: in hoc signo vinces! exclamo eu tambem apresentando-vos este sacrosanto estandarte, e confiando-o nas vossas mãos; segui-o; elle vos conduzirá ao caminho da honra, da independencia e da liberdade.

"Não vos incitarei a ser valorosos, vós já o sois, o mundo vos conhece; duas coisas sómente vos recomendo, disciplina e união: a disciplina é a origem dos grandes feitos; a união é a fonte de todos os bens, e o vehiculo exclusivo da força dos Estados." (?)

Terminada esta allocução, em meio de estrepitosas ovações, o deão, D. Bernardo Luiz Ferreira Portugal, desceu do altar e entregou as bandeiras ao governador das armas Domingos Theotonio Jorge, o qual "conjuntamente com os outros membros do Governo, por entre festivos vivas da multidão, foi consignar uma a cada um dos chefes dos regimentos, que ahi se achavam, e estes, com os officiaes e soldados, juraram não as abandonar jamais."

Este espectaculo da bençam e entrega das novas bandeiras deve ter sido realmente tão pitoresco quão emocionante, e a sua perpetuação, em uma grande tela historica, é assumpto dos mais dignos de tentar o pincel de um artista nacional, sobretudo considerada a abundancia da documentação necessaria: além do desenho authentico da bandeira e da precedente descrição da cerimonia, por Muniz Tavares, existem excellentes elementos de composição na gravura quasi contemporanea do Campo do Erario, do livro de

Henderson, nos numerosos retratos dos principaes assistentes, e nos grupos de militares e de populares das estampas de Bradford, Chamberlain, Martius, Debret e Rugendas.

O sello da republica foi constituído com os mesmos símbolos da bandeira, tendo em derredor a inscrição *Salus popoli — Pernambuco.*

Frequentemente descripta e mais de uma vez representada em gravura, é notável a discrepancia que entre si apresentam estas diferentes descripções e desenhos da bandeira da republica de 1817.

Entre os contemporaneos, que certamente a viram, Tollenare delineou fielmente os seus esmaltes e figuris e a sua descrição, divulgada por Ferdinand Denis, foi judiciosamente adoptada por Varnhagen e por Mello Moraes.

Não só combina perfeitamente com a aquarella de Antonio Alvares, como só discrepa em trazer uma estrela em vez de tres, do desenho que, para os Estados Unidos, levou o enviado republicano Antonio Gonçalves da Cruz Cabugá.

Este facto aclara-se, porém, se atendermos a que o augmento das estrelas symbolisava as adhesões das capitâncias vizinhas ao movimento pernambucano.

Ao desenho levado por Cabugá, e ainda hoje conservado no archivo da Secretaria dos Negocios Estrangeiros de Washington, acompanham as seguintes explicações em inglez:

"As tres estrelas representam os estados de Pernambuco, Paraiba e Rio Grande do Norte, que, segundo as ultimas noticias (5 de abril), compunham a confederação para a liberdade e independencia. Quando as restantes províncias do Reino do Brasil houverem adherido á confe-


---

(*) Varnhagen, loc. cit.
(\(\)) Loc. cit.
(\(\)) Loc. cit.
(\(\)) Brasil Histórico, vol. II, pag. 41.
deração, outras estrelas serão colocadas em volta do arco-iris.

"O arco-iris tem três cores, denotando paz, amizade e união, que a confederação oferece aos portugueses europeus e aos povos de todas as nações que vierem pacificamente aos seus portos ou porventura residam nella.

"O sol significa que os habitantes de Pernambuco são filhos do sol e vivem sob elle.

"A cruz allude ao nome de Santa Cruz, dado ao Brasil na época do seu descobrimento." (12).

Muniz Tavares diz: "Eram azul e branco as cores, tanto no laço quanto na bandeira; esta dividida horizontalmente em duas partes iguais, continha no meio da parte branca uma cruz vermelha indicando ser o Brasil consagrado àquele precioso estigmas da humana redemção; na outra parte aparecia recamado o sol em todo o seu espendor, como constantemente mostra-se na região equatorial, e rodeado de três estrelas, símbolo das províncias já insurgidas." (13) Não fala no arco-iris.

O autor dos Martyres Pernambucanos, outro contemporâneo, registrou, em 1 de abril de 1817: "bando solennissimo, convidando todas as classes do povo, para no dia seguinte assistirem á bençam das novas bandeiras no Campo de Honra; constavam ellas de arco-iris, tendo sobreposto o sol e sotoposta a cruz, ocupando a parte inferior do campo branco, e por baixo da cruz as iniciaes: S. P. L. E." (14) Não allude às estrelas.

Mello Moraes, além do desenho sem texto da bandeira e do sello, reproduzidos no vol. II pag. 41, do Brasil Histórico, consignou ainda, no vol. I, pag. 174, da Historia do

(12) Desenhos e explicações comunicados ao Instituto Histórico Brasileiro pelo Dr. J. A. Ferreira da Costa e reproduzidos no tomo LVI, pag. 122, da respectiva Revista.


(14) Loc. cit., pag. 55.

141
Brasil Reino e Brasil Imperio, uma carta, escripta de Pernambuco para o Rio de Janeiro, por um portuguez a outro seu amigo e compatriota, resumindo os factos da revolução, como testemunha presencial dos acontecimentos.

Nesta carta encontra-se o seguinte trecho: “Rasgaram as corôas, tiraram os quadros de Suas Magestades, e formaram bandeira chamada republicana. Era um quadro dividido horizontalmente; na parte de cima, em campo azul escuro, uma estrela em cima, e um arco-iris: por baixo o sol, não sei se pondo-se ou se nascendo”. Esta descripção é accorde com a de Tollenare.

Dos modernos, Pereira da Silva, com a negligencia habitual, afirmou ser a bandeira “de cores branca e azul com uma grande cruz vermelha no centro” (18).

Em compensação são fieis os desenhos reproduzidos no periodico fluminense A Luz, de 1872 (vol. I, pag. 305), e na Revista Diabo a Quatro, do Recife, de 9 de março de 1879” (1).

Confederação do Equador

Proclamada no Recife, em 1824, a Confederação do Equador, foi adoptada pelos revolucionarios uma bandeira azul, com o escudo da nova republica.

A respeito deste escudo, Pereira da Costa publicou as seguintes notas no “Diario de Pernambuco”, de 2 de julho de 1924:


(1) ALFREDO DE CARVALHO — A Bandeira da Republica de 1817, na “Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano”, vol. XII, pag. 559. São deste autor todas as notas numeradas de 1 a 15, contidas na transcripção.
“Novembro, 24 (1824) — Ofício do Presidente de província da Bahia, Francisco Vicente Vianna, remetendo para a Corte do Rio de Janeiro o desenho da bandeira da Confederação do Equador, apprehendido pelas forças imperiais que vieram bater a proclamada republica em Pernambuco. Das suas armas, naturalmente as mesmas que figuravam na projectada bandeira, remeteu um desenho, também para a Corte o Capitão-mór do Cabo de Santo Agostinho, Francisco Paes Barreto, depois Marquez de Recife, cujo desenho era uma cópia do que se havia mandado para a França a fim de ser gravado nas armas e objectos da republica, então encomendados. Os referidos desenhos, como escreve Mello Moraes, foram directamente mandados ao imperador d. Pedro I e passando ás mãos de José Maria Besquó, depois marquez de Cantagallo, não se sabe que destino deu a taes objectos.

“A bandeira republicana de 1824 como escreve A. S. de Mello Moraes era assim disposta:

“Campos azul celeste tendo no centro um “escudo esquartelado”, de amarello gemma, ladeado de um ramo de canna e outro de algodão. Dentro do escudo desenhava-se um circulo branco, no qual se viam gravadas estas palavras em caracteres pretos: “Religião — Independencia — União — Liberdade”; separando estes nomes, 4 feixes de varas escarlatas. Este circulo era dividido por uma faixa branca que o separava em 2 partes iguaes. A superficie era de azul ferrete tendo no centro uma cruz floretea de escarlate, com 2 estrellas brancas por baixo das extremidades do braço, assim ççmo outras duas na altura dos dous terços inferiores, e por baixo mais 9 estrellas em semi-círculo. Na parte superior do escudo erguia-se uma haste escarlate, a qual ter-
minava por uma mão, no centro da qual desenhava-se o Olho da Providencia, circulado por 6 estrelas brancas. A mão apontava para uma flammula branca sobre a qual se via a palavra: “Confederação”.

“Dando o Conselheiro Pedro de Alcântara Bellegarde parecer sobre “um modelo da bandeira de que usavam os revoltosos da Confederação do Equador” apresentado ao Instituto Historico Brasileiro em 1861, ao qual acompanhou em nota aquella descripção de Mello Moraes, escreve o seguinte sobre uma divergência que notara entre uma e outra cousa: A nota diz que sobre o fundo azul celeste a bandeira tinha um escudo esquartelado “amarello gemma”; o desenho mostra um escudo “quadrado” desta côr com o mais que indica a nota; mas nem pelo desenho, nem pela sequencia da nota se deprehende que seja “esquartelado” o escudo, isto é, dividido em quatro partes. Parece, pois, que se quiz dizer “escudo quadrado”, e assim o fiz desenhar conforme está no original.”

“O desenho em questão era certamente um dos dois enviados para a Córte por Francisco Paes Barreto e pelo presidente da Bahia, como vimos. Com taes elementos organisou Alfredo de Carvalho um desenho colorido da “Bandeira da Confederação do Equador” que vem appenso ao seu referido trabalho, inserto na Rev. do Nosso Instituto Pernambucano n.º 58 de 1903, em que figura o escudo das armas da proclamada Republica.”

Revolução Federalista Bahiana

Braz do Amaral refere que os revolucionarios bahianos de 1833 arvoraram uma bandeira partida em pala de branco azul e branco:
“Trazidos estes prisioneiros para o forte do mar, reben-tou ali, em 26 de abril de 1833, a revolta conhecida como tendo sido feita pelos presos da justiça, mas que foi a terceira revolução ou pronunciamento federalista na província, na qual foi arvorada a bandeira da Federação, tendo uma lista azul entre duas brancas, paralelas ao mastro... Quando lhes foi perguntado o que queriam, responderam que a fe-deração.” (1)

Republica de Piratiny

A bandeira da Republica de Piratiny, chefiada por Bento Gonçalves, Canabarro e outros, era formada por três bandas — uma verde, outra encarnada e amarela a ter-ceira — e tremulou nas batalhas da guerra dos Farrapos (1835–1845), defendida numerosas vezes pela espada glo- riosa de Garibaldi.

Foi instituída pelo decreto de 12 de novembro de 1836, que erradamente a denominou de “escudo de armas”. Dispôz esse decreto:

“Occupando já na grande família das nações o logar, que lhe compete, o Estado Rio Grandense, e convindo que elle tenha um escudo de armas, o presidente da Republica decreta : O escudo de armas do Estado Rio Grandense será de ora em diante da fórm de um quadrado dividido pelas tres côres, assim dispostas : a parte superior, junto á haste, verde, é formada por um triangulo isocéles, cuja hypothe-nusa será paralela á diagonal do quadrado; o centro es-carlate, formado por um hexagono, determinado pela hypo-

(1) Braz do Amaral — História da Bahia do Imperio e Republica (1913), pag. 89.
thenusa do primeiro triângulo, e o de outro igual e simetricamente disposto, cór de oiro, que formará a parte superior. Domingos José de Almeida, ministro e secretario de Estado dos Negocios do Interior, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios — (a) José Gomes de Vasconcellos Jardim — (a) Domingos José de Almeida”” (1)

O escudo da Republica de Piratiny é assim descrito por Alfredo de Carvalho:

“Escudo em lisonja, partido em pala, de verde, vermelho e ouro; em um parallelogrammo de prata, inscripto na parte média (vermelha) do escudo, um barrete phrigio vermelho sobre um bastão, posto em pala, tendo aos lados dous ramos (de cafe e fumo?) ; na parte superior (verde) do escudo, uma estrella de ouro e na inferior (de ouro) outra estrella de vermelho; aos lados da lisonja, duas columnas de ouro assentes sobre montes de verde. O todo é inscripto num oval de prata, orlado de ouro, onde se lê — Republica Rio Grandense — 20 de Setembro de 1835. Em redor deste brazão vêm-se troféos d’armas e bandeiras tricolores partidas em pala: verde, vermelho e amarelo (2); e em uma faixa, por baixo, o móte: Liberdade, Igualdade e Humanidade.”” (3)

(2) Nota de Alfredo de Carvalho: “As tricolores que ladeiam o brazão do actual Estado do Rio Grande do Sul e são ali hasteadas nos dias de gala, apresentam disposição diversa: e são partidas em pala: verde, amarelo e vermelho. Contra semelhante colocação das cores, protestou, no Anuario do Estado do Rio Grande do Sul para 1892 (pag. 160), o sr. José Gabriel Teixeira, residente em Rio Pardo, afirmando que: “As faixas da bandeira compunham-se de dous triangulos e de um hexagono; todas elias reunidas formavam um quadrado. O triângulo superior era verde, o inferior amarelo e o hexagono central encarnado”. Esta disposição é exacta; não assim a da gravura que acompanha a respectiva noticia, onde a bandeira figura partida em pala, isto é, com as zonas colocalas em parallelo com a diagonal que cortaria a bandeira do angulo superior esquerdo ao inferior direito; a colocalção verdadeira era justamente a inversa: em banda, conforme se verifica do desenho impresso num lenço de seda, de indiscutível authenticidade, exposto, na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, pelo sr. Amaro da Silveira, por occasião da exposição historic de Brasil em 1881. (N. 14.493 do respectivo catalogo)”.

(3) Alfredo de Carvalho — Brazões do Brasil Republicano, no “Almanach de Pernambuco, 1904, pag. 13.
Outras Revoluções

Na collecção Piquet, do Museu Historico Nacional, é atribuído à revolução catharinense, que proclamou a República de Santa Catharina ou Republica Juliana, em 1839, um pavilhão de tres faixas horizontaes, a de cima verde, a do centro branca e a de baixo amarela. Effectivamente, refere-se Rocha Pombo á “criação do tope e pendão nacionaes com as côres verde, branca e amarella.” (1) Lucas A. Boiteux publica o escudo da Republica, que reproduzimos. (2)

Em 1899, a insurreição acreana contra a Bolívia, chefiada por Plácido de Castro, ao proclamar a Republica do Acre a 26 de agosto daquelle anno, desfraldou uma bandêira que tinha o lemma dos inconfidentes mineiros: “Libertas quae sera tamen”. Occupado, porém, poucos mezes depois aquelle território pelo exercito brasileiro, em virtude da convenção assignada com o governo boliviano, foi arriada a bandeira revolucionaria e substituída pelo pavilhão auri-verde, a 26 de março de 1900.

Na revolução de outubro de 1930, viram-se pendões diversos, mas uns eram privativos de cada unidade do exer-

---

(2) LUCAS A. BOTTEUX, Historia de Santa Catharina, pag. 152.

147
cito revolucionario, tendo, pois, o caracter de bandeiras regi-
mentaes, e outros eram simples flammulas de guerra. Assim,
a columna "Siqueira Campos" (Rio Grande do Sul) arvorou
tanto bandeiras vermelhas, como tambem verdes e ver-
melhas; o batalhão "Paraná", uma flammula vermelha
com uma caveira e o distico "Batalhão Paraná" em preto;
o destacamento "Juvenal" (Minas Geraes), uma bandeira
igual á de Tiradentes, com a diferenca de ser carmim, em
vez de verde, o triangulo central, e de conter, além do lemma
dos inconfidentes mineiros, o distico "5.º Batalhão"; o
batalhão feminino "João Pessoa" (Minas Geraes), uma ban-
deira preta e vermelha. Foram ainda usados outros pendões
especiaes, alguns com o retrato do malogrado presidente
parahyban. As tropas da Parahyba arvoraram a bandeira
daquelle Estado.

XXXI – BANDEIRA DA AVIAÇÃO CONSTITUCIONALISTA
SÃO PAULO 1932

Na Revolução Constitucionalista de 1932, os batalhões
de voluntarios paulistas arvoraram, ao lado do pavilhão
nacional, a bandeira de São Paulo. A aviação constituciona-
lista adoptou um pendão que assim se descreve: rectângulo verde, tendo inscripto um losango amarello e, no centro deste, um globo azul com uma aguia de ouro, voando. Esta bandeira era presa á haste por um laço de fitas com as côres paulistas (branco e preto), nas quaes se lia a inscripção: “Aviação Constitucionalista.”

Os batalhões da Liga de Defesa Paulista empunharam uma bandeira cortada e endentada de azul e preto de tres e dois, e com uma estrela branca sobre o azul. Era a bandeira daquella associação patriótica.
Bandeiras de Estados e Cidades

DURANTE o Imperio, excluídas as bandeiras de revoluções, não se rendeu culto no Brasil senão ao pavilhão nacional. (1)

Com a Republica começaram, porém, a surgir as bandeiras regionaes. O exemplo partiu do Rio Grande do Sul, que incluiu na sua constituição política (título VI) o seguinte dispositivo: "São insignias officiaes do Estado as do pavilhão tricolor da mallograda Republica Rio-Grandense." (2)

Generalizou-se, em S. Paulo, talvez na mesma occasião, o uso da bandeira ideada para a Republica por Julio Ribeiro, embora não fosse adoptada oficialmente. Essa passou

(1) Na collecção Piquet, pertencente ao Museu Histórico Nacional, figuram, sob os numeros 36 a 50, quinze "bandeiras das antigas províncias do Imperio" (Catalogo de Archeologia e Historia, pag. 26). Tais bandeiras, entretanto, nunca foram adoptadas pelas províncias. Cada uma delas era hasteada no morro do Castello quando entrava na barra um navio procedente da província correspondente. Eram, pois, méritos signaes semaphoricos. Foram estas as informações que obtivemos naquelle museu.

a ser considerada a “bandeira paulista” (1), sem merecer, entretanto, durante muitos annos, nenhuma estima popular. Em dias festivos servia para enfeitar uma ou outra fachada, como simples objecto decorativo, cuja significação muitos até desconheciam. Mas jamais teve as honras de um culto cívico, pois até então os paulistas dedicaram todas as suas homenagens exclusivamente ao pavilhão nacional.

Um dia, porém, a gloriosa terra de Piratininga foi submetida às humilhações e violências mais cruéis. Tratado como terra conquistada, espoliado da sua autonomia, ferido nos seus melindres mais respeitáveis, espasinhado como um inimigo, sacrificado nos seus interesses mais imediatos, São Paulo inteiro se ergueu, para a reacção, nos esplêndidos movimentos de civismo que culminaram na Revolução Constitucionalista de 1932.

Ora, desde os formidáveis comícios de centenas de milhares de pessoas, iniciados a 25 de janeiro de 1932, até a epopéia de 23 de maio, em que o povo em massa, amotinado na praça publica, impos a organização de um governo de sua própria escolha, a bandeira de Julio Ribeiro recebeu consagrações que a tornaram, na verdade, pelo consenso popular, o symbolo legítimo de São Paulo. Ella fluctuou nas ruas, nos grandes dias das reivindicações autonomistas, accla-

(1) No Museu Historico Nacional figura um exemplar desta bandeira, que é ahí designada como bandeira do Club Republicano Paulista. (GUSTAVO BARROSO—Catalogo Geral do Museu Historico Nacional, 1.ª secção (Rio de Janeiro, 1924), pag. 31, n.º III).

AFFONSO DE E. TAUNAY dedicou ao pavilhão paulista as seguintes linhas, escritas antes que elle tivesse recebido a consagração popular:

“...symbolo pavorosamente feio, oriundo dos tempos da propaganda republicana, a bandeira que se diz da invenção de Julio Ribeiro, a impropiamente chamada “bandeira paulista”, lugubre, inesthetica, insignificativa. Graças a Deus nunca foi oficializada, mas por infelicidade é muito adoptada. Assim desapareça de todo o emprego desse panno mortuário alvi-negro, arvorado em pendão estadual. Insignificativa hoje mais do que nunca, porque atribue à população paulista uma dosagem de sangue africano inteiramente falsa, pois em terras de São Paulo a porcentagem dos euramericanos sempre foi imensamente superior à dosagem dos elementos afros, eurafricanos e aframericanos”. (Heraldica Municipal Brasileira).
mada delirantemente pelas multidões innumeráveis que escreveram as páginas mais rutilantes do civismo brasileiro. Depois teve novos dias de glória e de heroísmo, na epopéia sem par em nossa história, iniciada a 9 de julho de 1932. Foi a bandeira da Revolução Constitucionalista. Foi a bandeira que presidiu à luta sagrada de São Paulo pelo direito e pela liberdade. Tornou-se então o símbolo consagrado da causa da lei e da ordem, usado por todo o povo, de mil maneiras, entrelaçado com o pavilhão nacional — em distintivos de lapela, em braçadeiras, em chapéos, em broches de senhoras, em placas de automóveis, em adornos de mesa, nos escriptorios e nos lares — como signal de repulsão à díctadura que pretendia se eternizar no Brasil, ameaçando a unidade nacional. De tanta glória a cobriram o povo paulista nas ruas e os soldados da lei nos campos de batalha que esta bandeira já não symbolisa hoje apenas o Estado de São Paulo: symbolisa também a grande causa nacional e liberal que os paulistas defenderam com o seu sangue, com os seus haveres, com as joias das suas mulheres, com o esforço suprême de todo o seu povo, escrevendo um dos capítulos mais fulgurantes da História do Brasil.

Outros Estados também criaram bandeiras próprias.

Pernambuco, commemorando o centenário da revolução de 1817, adoptou como bandeira estadual a daquella rebelião, pelo decreto n.º 459, de 23 de fevereiro de 1917, baixado por solicitação do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano e assim redigido:

"Art. 1.º — E' declarada bandeira do Estado de Pernambuco a bandeira da revolução de 1817.

Art. 2.º — Esta bandeira é bicolôr, azul escuro e branca, sendo as cores partidas, horizontalmente, em duas secções desiguais e tendo, no rectângulo superior e maior, azul, o arco-iris com uma estrela em cima e por baixo o sol, dentro do semi-círculo; no inferior e menor, branco, uma cruz vermelha. O sol e a estrela são de ouro. — (a) Manoel An-
tonio Pereira Borba — Dr. Antonio Vicente de Andrade Bezerra.” (1)

A Bahia escolheu como sua bandeira a adoptada, por proposta de Deocleciano Ramos, pelo Partido Republicano Bahiano, no congresso reunido em S. Salvador a 26 de maio de 1889. E’ a seguinte a descrição desse pavilhão: “bandeira de quatro listas horizontaes brancas e vermelhas, alternando-se estas córes com a azul, para lembrarem a revolução de 98; no angulo superior e interno um quadrangulo azul, o qual leva no centro um triangulo branco, lembrando a bandeira dos inconfidentes mineiros.” (2)

No Pará usou-se, como pavilhão estadoal, uma bandeira “partida em pala de vermelho, branco e vermelho, com uma estrela azul no centro” (3) Mas este symbolo não chegou a ser officialisado. O projecto da Camara dos Deputados, de 3 de junho de 1898, que mandava adoptal-o, foi rejeitado pelo Senado, por inspiração do presidente dr. Augusto Montenegro, sob o fundamento de que todos os brasileiros deviam ter como unico pavilhão a bandeira nacional.

O Paraná teve a sua bandeira instituida pelo decreto n. 8, de 9 de janeiro de 1892, abaixo transcripto:

(1) OLIVEIRA LIMA — A Bandeira de Pernambuco, na “Revista do Instituto Archeologico Pernambucano”, vol. XIX, pag. 168.

(2) BRAZ DO AMARAL — Memoria historica sobre a proclamacao da Republica na Bahia (“Revista do Instituto Geographico e Historico da Bahia”, n. 30, pag. 10).

(3) ALFREDO DE CARVALHO — Brazões do Brasil Republicano, logar citado.

A historia da bandeira paraense, que nos foi contada pelo illustre pintor prof. dr. THEODORO BRAGA, é bastante curiosa. Fundado, nos ultimos annos do Imperio o Partido Republicano Paraense, um dos seus membros entusiastas, Condur, esteando a conversar, sentado em frente a uma mesa onde havia papel e um lapiz de duas pontas, uma vermelha e outra azul, lembrou-se que aquelle partido merecia ter uma bandeira. Foi facil a tarefa. A inspiração do momento decidiu qual seria o desenho do pavilhão projectado. As córes foram determinadas pelo material que o autor tinha no momento à sua disposição. Com essa bandeira foi proclamada a Republica no Pará, a 16 de novembro de 1889.
"A Junta do Governo Provisorio do Estado do Paraná:
Considerando que o mesmo Estado necessita de um
emblema que exclusivamente o represente como um dos
Estados Federados da União;
Considerando que o estandarte oferecido para tal fim,
pelo illustre cidadão Manoel Correia de Freitas reune todas
as condições necessárias para a sua adopção como symbolo
da autonomia paranaense, decreta:
Art. 1.º — Fica adoptada como estandarte particular do
Estado do Paraná a bandeira apresentada pelo cidadão
Manoel Correia de Freitas, na sessão da Assembleia Legis-
lativa, de 3 de julho de 1891, e executada pelo artista Paulo
de Assumpção.
Esta bandeira consiste em um rectangulo verde cortado
transversalmente da esquerda para a direita por uma longa
faixa branca, tendo no centro e sobre a mesma faixa uma
esfera azul contendo, na zona equatorial e em sentido
obliquo, na ordem descendente da esquerda para a direita,
a legenda Ordem e Progresso em letras brancas inscriptas
entre dois circulos da mesma côr. Perpendicularmente a
estas linhas cãe outra de côr das precedentes, representando
a linha zodiacal. Sobre a mesma esfera, no angulo superior
da esquerda, vê-se o barrete prhigio de côr vermelha. No
hemispherio inferior ao angulo esquerdo, uma das estrellas
da constellação do Cruzeiro do Sul e, no direito, as quatro
restantes da mesma constellação. Circundando o hemis-
pherio inferior, figuram um ramo de araucaria á esquerda e
outro de herva mate á direita entrelaçados, tudo segundo o
modelo annexo.
Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrario —
Palacio do Governo do Estado do Paraná, 9 de janeiro de
1892 — (a) Coronel Roberto Ferreira, Joaquim Monteiro de
Carvalho e Silva, Bento José Lamenha Lins.
A constituição do Estado manteve esta bandeira, dis-
pondo no art. 12 das suas disposições transitorias:
“Art. 12 — Continúa como symbolo da Patria Para-
naense o pavilhão acceito e decretado pela ex-junta do Go-
verno Provisorio do Estado em 9 de janeiro de 1892.”

A lei n. 592, de 24 de março de 1905, sancionada pelo
presidente Vicente Machado da Silva Lima, assim modificou
a referida bandeira:

“Art. 2.º — A bandeira será a até aqui adoptada, con-
sistindo num quadrilongo de cór verde, cortado transversal-
mente, de alto para baixo e do angulo direito superior para
o opposto, por uma larga faixa, em arco de cór branca, e
ocupando o centro desta faixa e da bandeira uma esphera
azul contendo na zona equatorial e em sentido obliquo na
ordem descendente, uma faixa branca com a inscripção —
“Paraná”. No hemisphério inferior, as cinco estrelas do
Cruseiro do Sul, e circundando a esphera pelo hemisphério
inferior, uma grinalda formada de dois ramos de pinho e
mate.”

Finalmente, a lei n. 2.182, de 15 de março de 1923,
abaixo transcripta, aboliu a bandeira paranaense:

“Art. 1.º — Fica revogado o art. 12 das disposições
transitorias da Constituição do Estado e assim abolido a
bandeira adoptada como representativa do Estado do Paraná.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrario —
Palacio da Presidencia do Estado do Paraná, em 15 de março
de 1923 — (a) Caetano Munhoz da Rocha — Marins Alves
Camargo.”

Sergipe adoptou a sua bandeira pela lei n. 795, de 19
de outubro de 1920, cujo texto é o seguinte:

“Art. 1.º — A bandeira do Estado de Sergipe constará
de um rectangulo, com quatro listas, de córes verde e ama-
rella, alternadamente, tendo o verde na parte superior e,
sobre os dois lados do angulo recto superior da esquerda,
um rectangulo em fundo azul claro de cobalto, em dimensão
proporcional ao rectangulo total, com cinco estrelas brancas
de cinco raios cada uma, tauxiadas em cada angulo do re-

156
BANDEIRAS ESTADOAES

43 - Bahia
44 - Goyaz
45 - Maranhão
46 - Ceará
47 - Paraíba
48 - Mato Grosso
ctangulo azul, no logar geometrico do cruzamento das duas linhas diagonaes.

Art. 2.º — A bandeira assim constituída fica adoptada como bandeira official do Estado.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrario — Palacio do Governo do Estado de Sergipe, Aracaju, 19 de outubro de 1920 — (a) José Joaquim Pereira Lobo — Alvaro Fontes da Silva.”

No Maranhão, o decreto n. 6, de 21 de dezembro de 1889, dispôz:

“O Bacharel Pedro Augusto Tavares Junior, governador do Estado do Maranhão, por nomeação do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Considerando que precisa este Estado adoptar uma bandeira que assignale a sua autonomia no seio da Federação Nacional;

Considerando que em um tal symbole da afirmação política do Estado cumpre attender pelas cores ás tres diferentes raças que compõem a sua população, raças hoje fundidas e fraternisadas na prosecução de um destino idêntico e commum, decreta:

E’ adoptada como bandeira do Estado do Maranhão a que figura junto a este decreto, desenhada no modelo annexo, e se compõe de nove listas em sentido horizontal, intercaladas, sendo quatro brancas, tres encarnadas e duas pretas, com um quadrado azul ao canto superior unido á lança e tendo no centro uma estrella branca. O dito quadrado ocupará uma terça parte do comprimento da bandeira e a metade da sua largura. — Palacio do Governo do Estado do Maranhão, 21 de dezembro de 1889 — (a) Pedro Augusto Tavares Junior.”

No Piauí, a lei n. 1.050, de 24 de julho de 1922, dispôz o seguinte, no seu art. 2.º: “O pavilhão do Estado adopta as cores nacionaes, verde e amarelo, alternadas em sete faixas da primeira e seis da segunda, contendo, no canto
superior esquerdo, um rectângulo azul, em cujo centro figura uma estrela branca, symbolizando o Piauí como unidade da Federação Brasileira.

E' do mesmo anno o decreto n. 1.971, de 25 de agosto de 1922, que criou a bandeira do Ceará, "formada do rectângulo verde e losango amarelo da bandeira nacional, tendo ao centro um circulo branco, em meio do qual é desenhado o escudo das armas do Estado.”

Em Santa Catharina, na administração Hercílio Luz, iniciada em 1894, foi criada a bandeira do Estado, segundo um desenho do desembargador José A. Boiteux. (1) A lei n. 126, de 15 de agosto de 1895, officializou este symbolo nos artigos seguintes:

"Art. 1.º — Ficam estabelecidas as armas e a bandeira do Estado.

Art. 3.º — A bandeira do Estado compor-se-á de faixas brancas e encarnadas, dispostas horizontalmente, em numero igual ao das camaras do Estado, de um losango de cor verde colocado no centro da bandeira, tendo impressas tantas estrellas de cor amarela quantos forem os municipios do Estado.”

Matto Grosso teve uma bandeira abolida pela lei n. 1.045, de 8 de outubro de 1929, e que assim se descreve: rectângulo azul, tendo inscripto um losango branco e, dentro deste, uma estrela amarela inscripta num disco verde. Igualmente usaram, e talvez ainda usem pendões regionaes, Goyaz e Acre, sendo que o deste ultimo é o da insurreição acreana de que resultou a incorporação daquelle territorio ao Brasil.

Não nos consta que tenham adoptado pavilhões próprios os Estados de Alagoas, Amazonas, Espirito Santo, Minas Geraes, Rio Grande do Norte e Rio de Janeiro.

(1) Lucas A. Boiteux — Historia de Santa Catharina, pag. 187.
Em 1922, o então presidente do Estado do Paraná, dr. Munhoz da Rocha, depois de declarar extincto o pavilhão estadoal, propoz aos governos de todas as unidades da Federação a abolição das bandeiras locais. Creemos que este appello só não foi attendido por Pernambuco e Rio Grande do Sul, que repeliram a ideia de abandonar o uso dos símbolos históricos legados pelos heróis de 1817 e 1835.

Entretanto, recentemente, a Paraíba, que em 1922 abolira a sua bandeira azul e branca, criou bandeira nova, por proposta do deputado Generino Maciel.

A lei que a instituiu é de 25 de setembro de 1930, tendo recebido o numero 704 e reza o seguinte:

"Art. 1.º — Terá o Estado bandeira própria cujos caracteristicos serão regulados por decreto do poder executivo.

Art. 2.º — A bandeira terá dois terços de côr rubra e um de côr negra, ficando esta do lado do mastro.

§ único — Na parte rubra ficará a palavra "Négo", escrita em caracteres brancos, na proporção de um vigésimo para o todo." (1)

Esta lei foi promulgada pelo presidente da Assembléia Legislativa porque o presidente do Estado a vetou, pelos fundamentos seguintes:

"Usando das atribuições que me confere o art. 2.º da Constituição do Estado e, considerando que o projecto n.º 6 é, em suas linhas geraes, como nas minúcias da sua organização, uma simples criação de partido; considerando que a bandeira de qualquer Estado é, antes de tudo, um símbolo de vida normal, uma synthese ideal das aspirações collects ou da ambiencia em que evolve a alma do povo que a elege; considerando que a phrase inscripta na bandeira que elle cria não é historic a nem figura no telegramma em que o Presidente João Pessoa negou apoio á candidatura Julio Prestes;"

(1) A União, orgão dos poderes publicos do Estado da Paraíba, edição de 26 de setembro de 1930.
considerando que — négo — desacompanhado de qualquer explicação é, por si só incompreensível, e encerra um grito de puro negativismo, resolvo vetar este projecto, devolven-
do-o á Assembléa para que se cumpram os dispositivos constitucionaes que regem o caso. — João Pessoa, 23 de setembro de 1930. — (a) Alvaro Pereira de Carvalho.” (1)

Na nova bandeira parahybana, o rubro symbolisa o sangue derramado pelo presidente João Pessoa, e o negro o luto causado pela sua morte. (2) A palavra “négo” relembrar a altivez do bravo Estado nordestino, pequeno e fraco, repelindo varonilmente as ameaças, mais tarde concretisadas em factos, com que se pretendeu arrancar pela intimidação o seu apoio a uma causa que elle condemnava. (3)

(1) Jornal citado, de 25 de setembro de 1930.
(2) Osias Gomes — A bandeira, artigo publicado no jornal citado, a 4 de setembro de 1930.
(3) A respeito das bandeiras estaduais presta Lexos Britto este depoimento, em artigo publicado no O Imparcial do Rio de Janeiro, de 19 de novembro de 1922:

“Poder-se-ia temer que, pelo habito, os povos desses Estados (que usam bandeiras regionaes) acabassem por dar a tais signaes uma significação que elles não têm, tributando-lhes um culto semelhante, senão mais acendrado que o rendido ao pavilhão federal.

Esse perigo, porém, é imaginario. Já percorri todo o Brasil, excepção de Goyaz, do Acre e de Matto Grosso. Em todos os seus Estados tive oportunidade de assistir a festas e solemnidades patrióticas. Em nenhum delles vi qualquer tributo especial prestado á chamada bandeira regional. São symbolos que só se desfraldam nos edifícios publicos, e ainda assim em pontos secundarios, sem que o povo os venere ou reverencie.

O que por ahí fora se respeita, ama e exalta é a nossa bandeira, a nossa unica bandeira.

Os brasileiros têm a noção exacta da Patria forte pela unidade nacional, e sabem que só existe um symbolo desta Patria, que é a nesga verde e ouro em que se desdobra o nosso céo e brilham radiosas as nossas estrellas.

Se acabarem com os signaes dos Estados, tanto melhor. Se, porém, essa aspiração fracassar, não nos assustemos por isso.

Sei que de Pernambuco partiu o primeiro brado official de resistencia á suppressão de semelhantes symbolos, que ali relembram uma geração de heroes e feitos magnificos. Poderia algum duvidar da fidelidade de Pernambuco a esse pensamento supremo que presidiu á formação da nossa Patria, por cuja libertação derramou o seu sangue nos Guararapes e por cujas liberdades subiu ao patibulo com os martyres de 1817?...

Como Pernambuco, todos os Estados.”
BANDEIRAS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

55) - 1808

56) - 1822 a 1831

57) - 1831 a 1869

58) - 1908
Bandeiras de Cidades

Varias cidades brasileiras — Rio de Janeiro, Belém do Pará, Cachoeira (Bahia), S. Salvador, São Paulo, Mogy das Cruzes, Fortaleza, Villa Bella de Matto Grosso e Santos — possuíram ou ainda possuem bandeiras próprias.

Do Rio de Janeiro, a mais antiga bandeira de que temos notícia é o estandarte do Senado da Câmara, que serviu na recepção da família real portuguesa, a 8 de março de 1808. Era de seda branca, com franjas e galões de ouro, tendo dentro de um escudo em estilo barroco, bordado a ouro, prata e seda amarela e vermelha, a imagem de São Sebastião pintada a óleo. De 1822 a 1831 a Câmara carioca usou, como seu estandarte, a bandeira imperial, com franjas de ouro, e de 1831 a 1889, um pavilhão de seda branca, com galões bordados a ouro e franjas também de ouro, tendo no centro a imagem de São Sebastião pintada a óleo. Finalmente, o decreto n. 1.190, de 8 de julho de 1908, instituiu a actual bandeira. E o seguinte o texto desse decreto:

“O Prefeito do Distrito Federal faço saber que o Conselho Municipal decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º — Fica adoptada para todo o Distrito Federal uma bandeira com as seguintes características: duas faixas azuis em sentido diagonal sobre campo branco, tendo as
armas municipaes adoptados pelo decreto n. 312, de 1.º de agosto de 1896 em côr encarnada.

Art. 2.º — A bandeira acima referida, simbolo do Districto Federal, servirá para represental-o onde se fizer mistér.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrario — Districto Federal, 8 de junho de 1908, 20.º da Republica —

(a) *F. M. de Souza Aguiar*

No archivo da Prefeitura do Rio de Janeiro existe uma collecção completa destas bandeiras.

Como bandeira da cidade de Belém, é adoptada a que se pretendeu officializar como do Pará em 1898, conforme se deprehende da seguinte informação prestada ao director do Museu Historico do Rio de Janeiro, em officio da Secretaria do Interior e Justiça daquelle Estado, datado de 20 de janeiro de 1931:

“O projecto da Camara dos Deputados, de 3 de junho de 1898, que mandou considerar como do Estado a ban-
deira que actualmente figura como sendo da Prefeitura Mu-

nicipal de Belém, não foi convertido em lei, por não ter sido o mesmo projecto sancionado pelo Senado, sob pretexto de que a citada Prefeitura já a havia adoptado como sua e a affirmativa de que o Estado não podia ter bandeira propria.”

A bandeira da cidade de Cachoeira (Bahia) foi dada à respectiva municipalidade por D. Pedro I, como reconheci-

mento pelo heroismo dos cachoeirenses na guerra da Indepen-
dencia. Apresenta o mesmo desenho do pavilhão nacional, tendo, porém, ao centro, um escudo especial. A revista do Instituto Historico da Bahia, em cujo museu está guardada esta reliquia, a reproduz no seu volume XLVIII, estampando o cliché de uma photographia muito pouco nitida, pela qual não é possivel distinguir os moveis do escudo.

O illustre historiador bahiano prof. Bernardino José de

Souza prestou-nos, porém, as seguintes informações sobre este curioso pavilhão:
“A bandeira que D. Pedro I ofereceu á villa de Cachoeira é verdadeiramente um pendão (assim se chamavam nos tempos coloniaes e até após a Independencia os estandartes de algumas cidades, como entre nós o da cidade do Salvador, do qual temos em nosso Museu dois exemplares, um colonial,

outro do Imperio). Tem a bandeira referida as proporções de um estandarte: repete a fórm;a da bandeira do Imperio, verde com losango amarelo. Do lado que se vê na gravura da pagina 72 da “Revista” n. 48 deste Instituto, ha um escudo bordado a prata, dentro do qual se acha tambem em prata uma pomba e em torno do campo em que ella fica a seguinte inscripção Sic illa ad arcam reversa est. Como se vê, são as armas dadas á cidade do Salvador quando foi fundada.

Do outro lado ha apenas uma esphera de panno verde adamascado cintada por dezenove estrellas em prata, que
certo recordam as províncias daquela então. Estas estrelas ficam em orla amarela. E o que se vê na bandeira que aqui guardamos carinhosamente e que nos veiu da municipalidade da actual cidade de Cachoeira — a heroica.

Cachoeira, villa daquelle tempo, não tinha pendão próprio. Provavelmente Pedro I, querendo homenagear a villa onde irrompeu o grito patriótico da guerra aos dominadores da capital da província, mandou idealizar um estandarte. E o fizeram com as côres nacionaes, as armas da cidade do Salvador um tanto modificadas, de um lado e a esfera cintada por dezenove estrellas do outro. Penso que foi um arranjo de momento, pois que o jovem imperante não demorar-se-ia muito na Bahia.

Como quer que seja, vale pela significação: para Cachoeira foi o symbolo do reconhecimento imperial e nacional; para nós é reliquia sagrada que rememora as paginas mais vivas do heroismo bahiano na luta pela liberdade do Brasil.”

No catalogo do Museu Historico Nacional, ha referencia a uma bandeira da cidade de Fortaleza (Ceará), sobre a qual, entretanto, não pudemos obter nenhuma informação.

Nos tempos coloniais, varias camaras tiveram estandartes municipaes, sendo numerosas, por exemplo, as referencias contidas em documentos historicos a respeito do estandarte da camara de São Paulo, do qual o Museu do Ipiranga possúe um precioso exemplar de fins do seculo XVIII. E uma bandeira de sêda azul com as armas reaes no centro, bordadas a sêda amarela e branca e ricamente ornamentadas em estilo bárbaro. Tem franjas e cadarços amarelos. Mogy das Cruzes possuui uma bandeira identica, maior e de sêda vermelha, a qual tambem data do seculo XVIII. Esta reliquia está guardada no arquivo da prefeitura municipal daquella cidade.
No auto da fundação de Villa Bella (Matto Grosso), datado de 19 de março de 1752, lê-se que a camara usaria das suas armas “no seu estandarte por detrás das armas reaes, enquanto Sua Magestade não mandasse o contrario.” (1)

Também no Imperio algumas camaras municipaes usaram estandartes com insignias proprias, como, por exemplo, a de Santos. (2)

---

(1) Revista do Instituto Histórico Brasileiro, supplemento ao tomo LI, pag. 111.
(2) ALBERTO DE SOUZA, na sua obra Os Andradas, publica uma photographia do estandarte da Camara de Santos, confeccionado em 1888.
Brazões de Estados e Cidades

Brazões do Brasil-Colonia

Os brazões do Brasil-Colonia são em numero de quinze, dos quaes foram concedidos pelos portuguezes os seis seguintes: São Salvador (1549), Rio de Janeiro (1565), Belém do Pará (1616), São Luiz do Maranhão (1647), Cuyabá

(1) A dar crédito a Pedro Taques, tinham a sua heraldica os indígenas do Paraná, no seculo XVII. Refere, com effeito, o autor da Nobilarchia Paulistana que, penetrando Fernão Dias Paes Leme o sertão da serra de Apuracana, no reino dos índios da nação Guayanã, em 1651, ahí encontrou um cacique, Tombú, “que usava de armas sobre o portico do seu palácio e eram ellas um ramo secco com tres araras vivas, de sorte que, morrendo uma destas aves, lhe substituia para logo outra, porque dellas se animava a empresa deste gentio...”
(1727) e Villa Bella de Matto Grosso (1752). (1) Os nove restantes foram conferidos pelos hollandezes, em 1638, às capitâncias e cidades seguintes, então sob o seu domínio: Itamaracá, Rio Grande do Norte, Paráhyba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Serginho, Porto Calvo e Igarassú.

BAHIA — O brazão de 1549 foi outorgado por D. João III à cidade da Bahia, juntamente com o seu novo nome de cidade do Salvador, segundo informam Gandavo e Rocha Pitta (2). A sua descrição é a seguinte: “em campo de sinople, uma pomba branca com um ramo de oliveira no bico. Numa fita branca, em letras de ouro, o móte: Sic illa ad arcam reversa est” (3).

RIO DE JANEIRO — Quanto ao antigo brazão do Rio de Janeiro, que, segundo a tradição, data de 1565, diz Varlhagen que “por armas lhe concedeu Estacio de Sá um molho de settas, allusivas às que haviam servido ao supplicio do santo invocado, e quem sabe se às apprehensões que teria

(1) Estampando nesta obra os desenhos destes brazões, devemos explicar que o da Bahia é a reprodução de uma estampa existente na Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro e que os de Cuyabá e Villa Bella de Matto Grosso foram copiados das gravuras publicadas por J. Seaveriano da Fonseca no tomo LI da Revista do Instituto Histórico Brasileiro, sendo que no de Villa Bella omitimos a coroa mural, que não é mencionada na descrição authentica deste escudo. Os restantes foram restaurados por José Wasth Rodrigues, segundo os documentos que adianto cítamos. Os esmaltes que este artista atribuiu ao brazão do Rio de Janeiro são supostos e, no de S. Luiz, que é um “escudo coroado”, figura a coroa usada na heraldica municipal portugueza, a qual não adopta as coroas muras.

(2) TRISTÃO DE ALENCAR ARARIPE — Brazões do Brasil, na “Revista do Instituto Histórico Brasileiro”, tomo LIV, parte I, pag. 289.

(3) A. J. de Mello Moraes dá a seguinte descrição: “uma pomba em campo verde, com um café branco e legenda em letras de ouro, Sic illa ad arcas desossa est e a pomba com três folhas de oliveira no bico” (Cronica do Imperio do Brasil — Rio de Janeiro, 1879, pag. 39). O Visconde de Porto Seguro, na sua Historia do Brasil (2ª edição, pag. 242), dá o campo como azul.

A propósito, escreve Pereira Lessa, aliás sem documentar a sua asserção, que “a primeira bandeira do Brasil, ou melhor, dada ao Brasil e trazida por Thomé de Souza, para a cidade do Salvador, que ia criar, em 1549, compunha-se de um campo azul celeste, com um círculo de prata ao centro, tendo a legenda: Sic illa ad arcam reversa est, e, dentro desse círculo, uma pomba de prata esvoaçando em pala, com um ramo de oliveira no bico.” Essa bandeira, que, como se vê, era uma simples reprodução do brazão da cidade do Salvador, seria realmente uma bandeira do Brasil? Não se trataria do estandarte da câmara da capital do Brasil-Colônia?
BRAZÕES DO BRASIL COLONIAL

59 - BAHIA (1549) (MODELO ACTUAL)

60 - RIO DE JANEIRO (1565)

61 - BELEM DO PARA' (1616)

62 - SÃO LUIZ DO MARANHÃO (1647)

63 - GUYABA (1727)

64 - VILLA BELLA DE MATTO GROSSO (1752)
dos que, começando por elle proprio, viriam a cahir vítimas de frechadas até o final triumpho da civilisação nesta terra” (1) Joaquim Norberto dá outra versão, também adoptada por Eduardo Prado e José Feliciano, afirmando que a esphera armilar “foi dada por armas ao Rio de Janeiro, com as tres settas de São Sebastião.” Ha ainda a registar uma terceira versão, segundo a qual as settas alludem á morte de Estacio de Sá. (2)

Brasil Hollandez — Os brazões do Brasil Hollandez, dados pelo principe Mauricio de Nassau às capitanias sujeitas á sua jurisdicção, estão descriptos na carta do Supremo Conselho do Brasil, dirigida á Assembléa dos Dezenove e datada de 6 de outubro de 1638. (3)

Estão igualmente descriptos na celebre obra de Gaspar Barlaeus, Res Brasiliae, editada em Amsterdam, em 1647. Esta ultima obra os reproduz no seu frontespicio e nos mappas, que contém, das capitanias conquistadas. São conhecidas outras reproducções numa collecção de antigas e rarisimas xylographias hollandezas encontradas em meio de gravuras e medalhas pertencentes aos manuscritos do historiado Gerard Schaep. Estas reproducções foram reeditadas por Alfredo de Carvalho na “Revista do Instituto Archeologico e Geographicco Pernambucano.” (4)

No primeiro dos documentos citados, encontra-se a seguinte referencia aos alludidos brazões:

“Havendo as Camaras de Justiça solicitado que lhes fossem concedidas armas, com as quais sellassem as suas actas e mais papeis, S. Excia (o Conde de Nassau) se dispoz a organizar algumas armas que, de certo modo, tivessem

(1) VARNHAGEN — Historia do Brasil, tom o I, pag. 303.
(2) José Feliciano — A Bandeira Nacional, pag. 36.
(3) Segundo Barlaeus, os brazões citados foram instituidos em 1639. Alfredo de Carvalho assegura que são de data muito anterior.
analogia com a situação de cada capitania e expressassem alguns de seus caracteristicos.

Assim, deu S. Excia. primeiramente a cada uma das quatro capitaniaes as suas armas e reuniu-as depois em um só escudo para constituirem as armas do Supremo Governo do Brasil, tendo acima da corôa as armas dos Estados Geraes da Hollanda, com o emblema da companhia das Indias Occidentaes (uma náo navegando de vélas enfunadas) pendente das mesmas, circundadas de uma grinalda de flôres de la-ranjeiras”.

“A Capitania de Pernambuco tem uma donzella que admira a propria belleza em um espelho, symbolisando a formosura da terra e a situação e o nome da sua capital Olinda, e tendo na mão direita uma canna de assucar.”

“As outras jurisdições de Pernambuco, como Iguarassú, Serinhaem, Porto Calvo e Alagoas tambem têm suas armas. A capitania de Itamaracá tem uns cachos de uvas, porque esta ilha produz as melhores uvas do Brasil. Parahyba tem seis pães de assucar, porque ali se fabrica excelente assucar, ou bem porque depois da conquista dos seus engenhos pelo nosso governo é que começou a prosperar. Rio Grande é symbolisado pelo respectivo rio, tendo á margem um aves-truz, de que ha muitos ali.” (1)

A referencia de Barlaeus é a seguinte:

“Para cada capitania engenhos o Conde João Mauricio de Nassau o seu brazão, e comprehendendo-os todos em um só escudo, fez um que indicava os limites do Brasil Hollandez, para uso do Conselho Supremo. Por cima deste brazão levantava-se o das Provncias Unidas da Hollanda, e na parte inferior ocorria o symbolo da Companhia das Indias Occidentaes. Os mesmos brazões das quatro capitaniaes, contidos em um escudo semelhante, formaram o brazão do Conselho Político, tendo por cima a figura da virgem Astréa,

(1) Tradução de ALFREDO DE CARVALHO — Obra citada.
BRAZÕES DO BRASIL HOLLANDEZ
1638

66 - BRASIL HOLLANDEZ
67 - RIO GRANDE DO NORTE
68 - PARAÍBA
69 - PERNAMBUCO

66 - ITAMARACÁ
segurando com uma das mãos a espada vingadora dos crimes e com a outra a balança reguladora das transacções comerciais.

A' camara de Pernambuco deu por brazão uma donzella mirando-se em um espelho, tomada de admiração pela própria belleza, e segurando com uma das mãos uma canna de assucar, para exprimir por este meio a bondade e uberdade do solo, com o nome da cidade de Olinda, escripto por baixo. As outras camaras de Pernambuco tiveram também os seus brazões proprios: Iguarassú, Serinhaen, Porto Calvo, Alagoas. A capitania de Itamaracá ostentava no seu brazão cachos de uvas, em allusão a não haver em parte alguma do Brasil logar que, como a ilha de Itamaracá, os désse tão bellos quanto succulentos; a da Parahyba tinha pões de assucar, ou porque produzisse assucar muito bom e afamado ou porque nesta capitania, depois que nos foi sujeita, a fabricação do assucar começasse a fazer-se em maior escala e o valor dos engenhos augmentasse. A capitania chamada do Rio Grande tinha por brazão um rio, a cuja margem via-se uma avestruz, ave que se encontra em grande abundancia nestas paragens.” (1)

Como se vê, nenhunh dos documentos transcriptos descreve os brazões de Iguarassú (tres aratús ou carangueijos em roquete), Serinhaen (um cavallo a passo, com certeza alludindo aos excellentes animaes de sella criados naquella comarca), Alagoas (tres tainhas em faixa) e Porto Calvo (tres outeiros representando a sua caracteristica orografia) (2)

Além dos oito brazões referidos, ha a notar mais um, desenhado no frontespicio da obra de Barlaeus, sem qualquer indicação a respeito, e que tem sido atribuido a Sergipe:

(1) Traducao de TRISTÃO DE ALENCAR ARARIPE — Brazões do Brasil (Logar citado).
(2) ALFREDO DE CARVALHO, obra citada.
esse tem um sol de ouro na cabeça do escudo, com três corôas de ouro, abertas (de principe) em roquete, no pé. (1)

“Não é mais possível — escreve Alfredo de Carvalho — determinar com exactidão quais fossem as primitivas corôes ou metaes dos brazões d’armas do Brasil Hollandez, porquanto em nenhuma das gravuras vêm os esmaltes indicados por meio dos pontuados ou fundos convencionaes; em alguns exemplares da edição princeps da obra de Barlaeus, os escudos se acham coloridos a aquarella, mas de modo arbitrario e, por vezes, em flagrante contravenção das regras da theoria do brazão.”

Os escudos que reproduzimos foram copiados por José Wasth Rodrigues do exemplar da obra de Barlaeus existente na Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro, e que traz, indiscutivelmente, as gravuras coloridas na época do apparecimento daquella obra. E’ esse, aliás, um dos tres unicos exemplares existentes no mundo em taes condições, segundo informação do director daquella bibliotheca.

E’ de notar que as corôes com que nesse exemplar foram aquarellados os brazões obedecem rigorosamente às regras da heraldica.

**Villa Bella de Matto Grosso** — No auto de fundação da Villa Bella da SS. Trindade do Matto Grosso, datado de 19 de março de 1752, lê-se — “que em reverencia da mesma Trindade Santissima symbolicamente teria por armas (a villa então fundada) em meio de um escudo branco com dous círculos, um encarnado e outro azul, uma ave com corpo e cabeça do meio de Aguia, a do lado esquerdo de Pomba e a do lado direito de Pelicano ferindo o peito; e que estas mesmas armas poria a Camara no seu Estandarte por detrant das Armas reaes, emquanto Sua Magestade não mandasse o contrario, etc.” (2)

---

(1) **Sylvio Cravo** — *O Brazão de Sergipe*, pag. 10.

(2) **J. Severiano da Fonseca** — *Brazões das Cidades de Cuyabá e Matto Grosso*, na “Revista do Instituto Historico Brasileiro”, supplemento ao tomo LI, pag. 111.
Cuyabá — Este escudo está assim descripto no auto de fundação da villa do Senhor Bom Jesus de Cuyabá, datado de 1 de janeiro de 1727: "Um escudo dentro com o campo verde, e nesse um morro ou monte todo salpicado com folhetas e granitos de ouro; e por timbre, em cima do escudo, uma phenix." (1)

Na Historia da Companhia de Jesus na extinta província do Maranhão e Pará, escripta em 1759 pelo padre José de Moraes e publicada por Candido Mendes de Almeida no vol. I das Memorias para a Historia do Extincto Estado do

(1) J. Severiano da Fonseca — Obra citada. São deste autor os tópicos seguintes:

"Não sei em que se fundou o cronista de Mattio Grosso Felipe Jesus Nobrega Coelho; para dar por armas à villa de Cuyabá um escudo, tendo em campo verde um monte com uma arvore cheia de folhetas de ouro, e por timbre uma phenix, e á Villa Bella um triangulo, symbolo da Trindade: armas que elle nas suas Memorias historicas da capitania de Mattio Grosso, e principalmente da provedoria da fazenda real e intendencia do ouro, refere "concedidas por sua Magestade, que as mandou declarar em provisão registrada na camara, em 1753, mas que esta tenazmente substituiu por uma agua ou pelicano."

E diz elle que as noticias, que dá, colheu-as num exacto e escrupuloso exame que fez nos archivos da provedoria, intendencia e ouvidoria, o que fazendo authenticas essas memorias, pela sua publica e incontestavel fé, deixa ver o desvelo que ellas lhe mereceram (Revista Trimestral do Instituto, tom. XIII, pag. 138).

Tinha, portanto, essa asserção o cunho da maior autorisacao, e pois aceitei-a; tarde, infelizmente, verifiquei que ambas vinham descriptas erradamente, o que se comprova com os próprios autos de fundação da Villa do Senhor Bom Jesus de Cuyabá, de 1 de Janeiro de 1727, e da Villa Bella da Santissima Trindade do Mattio Grosso, de 19 de Março de 1753. Naquelle auto de Cuyabá vem descripto o brazão, assim: "Um escudo dentro com o campo verde, e nesse um morro ou monte todo salpicado com folhetas e granitos de ouro; e por timbre, em cima do escudo, uma phenix."

As de Mattio Grosso são: um escudo branco com dous circulos dentro, o externo encarnado, e o outro azul; dentro uma ave tricephala, corpo e cabeça de agua; e as duas outras, a do lado esquerdo de pomba e a do direito de pelicano, ferindo o peito.

Não é presumivel que o intendente Coelho encontrasse nos archivos da sua repartição e da ouvidoria os brazões que assignala; é, pois, elle quem erra, não sómente no falseamento do brazão, que declara ser um triangulo, como ainda em dizer que a camara tenazmente conserva uma agua ou pelicano, confusão que é sua e provém das duas cabeças de agua e pelicano da ave tricephala.

O auto da fundação de Cuyabá pôde ver-se na Revista Trimestral, tomo XXVII, que publica os Annaes da Provincia de Goyaz, de Alencastre, onde â pag. 43, da 2.a parte elle se acha: o da fundação da Villa Bella, aos 19 de março de 1753, em cumprimento ao alvará de 5 de agosto de 1746, aqui o damos, graças á obsequiosidade do Exmo. Sr. coronel Francisco Antonio Pimenta Bueno, de quem o obtivemos."
Maranhão (Rio, 1860), pags. 182 e 199, encontram-se as descrições dos seguintes braços:

São Luiz do Maranhão: “São as armas próprias desta cidade, um escudo coroado, no campo do qual se vê um braço armado de uma espada, de cuja mão, como de Astréa, pendem umas balanças a que servem de conchas dois escudos menores; em um que peza menos se vêem as flôres de liz e as armas de Hollanda com estas letras V I S, no outro, que peza mais, se vêem as armas de Portugal com as mesmas letras VIS e por baixo logo a epigrafia, que diz: Preponderat, porque pezou mais o jus ou a justiça das armas de Portugal, do que o vis ou força das de França e Hollanda, com immortal desempenho do valor portuguez e não menor gloria da valentia daquelles illustres moradores do Maranhão” (1)

Belém do Pará — “Foram as armas da cidade de Belém do Grão Pará um escudo grande esquartelado, de uma parte do qual, em campo azul, se via um castello de prata e nelle um escudo de ouro, com as quinas de Portugal, pendente de um trancelim de pedraria. Em cima do castello, de ambos os lados, sahiam dous braços: um oferecendo um cesto de flôres, com a inscripção por baixo Verent aeternum; em outro um cesto de frutas com a inscripção Tuitius latent: do outro lado, em campo de prata, um sol retrogrado, correndo do poente para o nascente e a inscripção Rectior cum retrogradus; e logo outra Nequaquam minima est, com um boi e uma mula por baixo olhando para o mesmo sol.”

Este braço, que parece datar de 1616, isto é, da fundação da cidade de Belém por Francisco Caldeira Castello Branco, a cuja autoria é atribuído, tem dado tratos à bola aos heraldistas e pareceu inintelligível a Tristão de Alencar Araripe.

Theodoro Braga o interpreta da seguinte maneira:

(1) Segundo informa Alfredo de Carvalho, este braço foi conferido por provisão régia de 10 de abril de 1647.
“Esquartelado: no 1.º de azul com dois braços nus, enfrentados de carnação, tendo o da direita um cesto com frutas e a legenda Tutius latet (tudo o que existe está por ser descoberto) e o da esquerda um cesto com flôres e a legenda Ver est aeternum (a primavera é eterna), tudo ao natural; no 2.º de prata com um sol poente de ouro e a legenda Rectior cum retrogradus (já passou do pino quando é meio-dia); no 3.º de azul com um castello de prata sobre um terraço ao natural, carregado de um collar de pedrarias ao natural, tendo pendente um escudo de prata com cinco escudetes de azul postos em cruz e carregados cada um com cinco besantes do campo; no 4.º de azul com um boi contornado e uma mula, tudo ao natural, e a legenda Nequamquam minima est (nem porisso é menor do que Belém onde nasceu Jesus). (1)

Explica o prof. dr. Theodoro Braga que o 1.º quartel indica o ambiente; o 2.º a situação astronómica, o 3.º allude ao fundador Francisco Caldeira de Castello Branco e o 4.º ao nome da cidade, tomado da em que nasceu Jesus Christo, por ter o fundador partido de S. Luiz no dia de Natal, para tomar posse da capitania do Pará (2).

Fazendo a reconstituição deste escudo, escreve-nos José Wasth Rodrigues:

“O que torna o memorial enigmático, o que desnorteia o leitor, a chave, emflmi, é a primeira palavra da descrição: “esquartelado.” Este termo será muito proprio se o tomarmos no sentido de indicar a existência de quatro grupos de figuras ocupando cada uma um quartel. E’ improprio, porém, porque suggere imediatamente o esquartelamento do escudo em quatro partes, o que não acontece. Todos os heraldistas aceitam esta ultima hypothese como solução — e então o brazão se torna incomprehensivel.

(1) Theodoro Braga — A fundação da cidade de N. S. de Belém do Pará (Belém, 1908, Typ. da “Provincia do Para”). As explicações do significado das legendas latinas foram-nos dadas verbalmente pelo prof. dr. Theodoro Braga.

(2) O brazão de Belém do Pará está hoje oficialmente adoptado segundo a descrição do prof. dr. Theodoro Braga.
Se estivesse declarado que o escudo é "esquartelado em cruz", seria admissível a solução que geralmente lhe é dada. Mas, como isto não acontece, a divisão poderá ser outra.

Continuando a examinar o texto, notamos, em synthesis, o seguinte: “de uma parte do qual, em campo azul, etc.” e, mais adiante, “de outro lado, em campo de prata, etc.” Ora, como o autor só nomeia duas partes no escudo, é de se concluir que elle está dividido só em duas, porque se o estivesse em quatro, o autor indicaria as cores de mais duas partes, uma vez que se sentiu obrigado a indicar as de duas. Dedução lógica, já que que as cores das diversas figuras estão também declaradas. Sendo, pois, dividido em duas partes, qual será a divisão: partido ou cortado? Pois em barra ou banda não pôde ser, desde que de início já está esclarecida a existência de quatro grupos de figuras, cada uma correspondendo a um quartel, duas em cima e duas em baixo.

E’ partido. Partido, porque diz o memorial: “de uma parte, etc.” e “de outro lado, etc.”, o que só pôde ser entendido por dextra e sinistra. Se fosse cortado, não se diria “do outro lado”, pois não se pôde tomar a palavra “lado” como sendo ponta ou parte inferior do escudo.

Continuando a leitura da descrição de José de Moraes, passemos ás figuras: á dextra, ou primeiro “se vê um castello de prata e nelle um escudo de ouro com as quinas de Portugal pendente de um trancelim de pedraria.” Respeitamos a imposição de um escudo de ouro com as quinas de Portugal, pois não sabemos quaes as intenções do autor ao dar esse metal ao escudete. “Em cima do castello, de ambos os lados, sãem dois braços: um oferecendo um cesto de flores, com a inscrição por baixo Verent aeternum, em outro um cesto de frutas com a inscrição Tutius latent.” Foi o que executamos fielmente, fazendo as letras em prata.

Passemos agora para a sinistra, ou segundo: “do outro lado, em campo de prata, um sol retrogrado correndo do poente para o nascente e a inscrição: Rectior cum rectro-
gradus.” Sendo o campo desta parte em prata, não é admis-
ível que o sol seja em ouro, a não ser que o texto nisso fosse
categorico. Como não vem indicada a côr, fizemos o sol
de gôles, isto é, sombra de sol, sem olhos, sem bocca e sem
nariz, caminhando para a sua direita, que é o lado do nas-
cente.

“...e logo outra Nequamquam minima est, com um boi
e uma mula por baixo olhando para o mesmo sol”. Os ani-
maes olham o sol, mais uma prova de que o sol deve estar
na mesma divisão e não num outro quartel. Executamos
exactamente como manda o texto, fazendo as letras em
sable e os animaes de sua côr”.

Além dos quinze brações descriptos, seis portuguezes e
nove hollandezes, não conhecemos outros, no Brasil, que
datem dos tempos coloniaes, a não ser vagas referencias a
escudos antigos de Ouro Preto (tres morros) e Marianna
(insignias da Ordem Carmelitana).

Igualmente, não temos notícia de que no Imperio te-
nham sido instituídos brações de provincias e cidades, afóra
os do Rio de Janeiro de 1826 e 1858, que foram simples
transformações das armas dadas á cidade por Estacio de
Sá, e o de Santos, bordado no seu estandarte municipal
de 1888 (1).

O actual brazão rio-grandense, embora criado em 1835,
era destinado a ser um escudo nacional, como tambem o
eram o da Confederação do Equador de 1824 e o da Repu-
блиca Catharinense de 1839.

(1) Reproduzido por Alberto de Souza no vol. I da sua obra Os Andradas.
Ainda hoje é usado, ligeiramente modificado, o brazão bordado nesse estandarte.
Informa Joaquim Norberto que o Barão de Santo Angelo “não se deu de gastar longas horas ideando braços para todas as nossas províncias, os quais deveriam figurar na inauguração da estatua equestre de Pedro I, em 1862, no Rio.” (1) Mas de tal iniciativa, que nos conste, sómente resta esta vaga notícia.

Brazões do Brasil-Republica

A respeito dos brazões do período republicano escreve Alfredo de Carvalho:

“Ao inverso do que constituye a característica destes símbolos — a perpetuação de sucessos heroicos e a disposição harmônica das cores ou esmaltes (2) — nos nossos predomina méritos acidentes topográficos e, em quasi todos os coloridos, o arranjo é verdadeiramente cacochromatico.” (3)

Esta observação, inteiramente procedente na época em que foi feita (1904), já não se aplica a grande parte dos

---

(2) No memorial descriptivo do primeiro projecto que apresentou para as armas da cidade de São Paulo, escreveu Guilherme de Almeida:

“De um compulsar paciente do Armorial de France concluímos que, para a elaboração de armas de cidades, se tem tomado por base: 1) um episódio histórico (v. g. Laon, cujas tres merlettes de suas armas recordam os cavalleiros laoneses a regressar das Cruzadas mutilados); 2) a raça fundadora (v. g. Nevers, que tem as armas dos primeiros condes de Nevers); 3) a situação topográfica (v. g. Privas, emblematizado por um carvalho sobre uma colina — allusão à situação da cidade sobre uma elevação de terrenos, cercada por grandes florestas); 4) o comércio e as indústrias (v. g. Rouen, cujo cordeiro emblematizado lembra a indústria de lãs e tecidos); 5) os monumentos (v. g. Bordeaux, que tem no escudo o antigo "Hôtel de Ville"); e, finalmente, 6) a crença religiosa (v. g. Perpignan, cujas armas têm um S. João Baptista, padroeiro da cidade).”

(3) Alfredo de Carvalho — Brazões do Brasil Republicano, no “Almanach de Pernambuco, para 1904”, pag. 163.
brazões que hoje enriquecem a heraldica brasileira, graças ao trabalho de um punhado de heraldistas de grande valor, que têm composto, recentemente, ótimos escudos d'armas para muitas das nossas cidades. Entre esses merecem ser destacados os nomes de Affonso de E. Taunay, Balthazar da Camara, Benedicto Calixto, Guilherme de Almeida, José Wasth Rodrigues, Mario Melo, Sylvio Cravo.

Taunay compoz dezenas de bellos escudos, dentre os quais se salientam os de Porto Feliz, Tietê, Taubaté, Parnaíba, Porto Seguro, Itú, Sorocaba, São Francisco do Sul e Vassouras. A Balthazar da Camara e Mario Melo deve a heraldica pernambucana os excellentes brazões de Recife e Jaboatão. Benedicto Calixto é o autor das pedras d'armas de Santos, São Vicente e Conceição de Itanhaem. Guilherme de Almeida e José Wasth Rodrigues se consagraram heraldistas criando o esplêndido brazão da cidade de São Paulo. O primeiro compoz ainda o bello escudo de Petropolis e José Wasth Rodrigues é o autor do soberbo brazão do Estado de São Paulo e de varios projectos de alto valor, dos quais mais adiante nos ocuparemos. Sylvio Cravo tem um bom projecto para o Estado de Sergipe.

A esta resumida lista de heraldistas brasileiros será justo acrescentar os nomes de Tristão de Alencar Araripe, que compoz projectos de escudos, alguns excellentes, para todos os Estados e principaes cidades do Brasil e, a quem se devem os brazões actuaes de Ouro Preto (reformado por José Wasth Rodrigues), Coritiba e Fortaleza; Corbiniano Villaça, que em 1909 desenhou o brazão do Rio Grande do Norte, um dos mais bellos e originaes de todos os que possuímos; e os do dr. Ricardo Gumbleton Daunt, almirante Henrique Boitex, Paulo Vergueiro Lopes de Leão, Paim Vieira e D. Aquino Correia, autores, respectivamente, dos escudos de Campinas, Santa Catharina, Baurú, Guarujá e Matto Grosso.

Possuem hoje brazões de armas todas as unidades da Federação Brasileira, bem como as seguintes cidades:

De Minas Gerais: Barbacena, Bello Horizonte, Juiz de Fora, Leopoldina, Ouro Preto, São João d’El-Rey, Tres Pontas e Uberaba. (8)

Do Estado do Rio de Janeiro: Campos, Cantagallo, Nictheroy, Parahyba do Sul, Petropolis e Vassouras. (6)

De Santa Catharina: Florianópolis, Joinville, Laguna e São Francisco do Sul. (4).

Do Pará: Belém, Itaituba e Soure. (3)

Da Bahia: Porto Seguro, Santo Amaro e São Salvador (colonial.)

De Matto Grosso: Cuyabá e Villa Bella.
De Pernambuco: Jaboatão e Recife.
Do Paraná: Curitiba.
Do Ceará: Fortaleza.
Do Amazonas: Manaos.
Do Maranhão: São Luiz (colonial).
Do Espírito Santo: Victoria.

Já temos visto citados os brazões de Paranaguá (Paraná) e Feira de Sant’Anna (Bahia). Mas verificamos que essas municipalidades usam, respectivamente, as armas da República e as da Bahia, nos seus papeis oficiais.

São, pois, sessenta e sete os brazões municipais do Brasil, incluindo-se na relação acima o do Distrito Federal. Existem ainda projectos para as seguintes cidades paulistas: Caçapava, Jahú, Jacarehy, Itapetininga, Ribeirão Preto, São Sebastião e São Vicente, todos compostos por
Affonso de E. Taunay; para Angra dos Reis (Estado do Rio), do mesmo autor; e, para Therezina (Piauí), Natal (Rio Grande do Norte), João Pessoa, (Parahyba), Aracajú (Sergipe), Maceió (Alagoas), Goyaz (cidade), Sabará, Diamantina, Caeté e Marianna (Minas), ideados por José Wasth Rodrigues, sem falar nos projectos compostos por este artista para remodelação ou substituição de brazões defeituosos dos Estados e suas capitais.

O Brazão do Rio de Janeiro

As actuaes armas do Distrito Federal foram adoptadas pelo decreto n. 312, de 1 de agosto de 1896, que dispoz o seguinte:

"Art. 1.º — As armas municipaes constarão do antigo emblema, esphera e settas, accrescentados do barrete phrigio, repousando sobre uma véla de navio, cuja prôa formará a base do emblema. Aos lados da quilha haverá dois golphi-nhos; circundando o emblema, dois ramos de louro e de carvalho e, encimando-o, a corôa symbolica de cidade maritima.

Art. 2.º — Estas armas serão collocadas na fachada de todas as repartíciones municipaes.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrario — Rio de Janeiro, 1 de agosto de 1896 — (a) Dr. Francisco Furquim Werneck de Almeida."

O Codigo de Posturas do Distrito Federal, de 27 de abril de 1900, reproduz no seu art. 48 os dispositivos do decreto n. 312.
Um officio da Prefeitura, datado 13 de outubro de 1921 e dirigido ao dr. Raphael Mayrinck, assim explica a significação daquellas armas:

"Quanto aos motivos principaes da escolha dos emblemas, cruces e divisas para o brazão da cidade, informo a V. Excia. de acordo com a palavra do sr. chefe de secção Francisco Noronha Santos;

Originou o supracitado decreto o projecto apresentado no Conselho Municipal em 10 de abril de 1896, pelos então intendentes Honorio Gurgel, Silva e Souza, Sá Freire, Vicera Fazenda, Domingos Ferreira e Rodrigues Alves. Tornado lei, conservou nas disposições do emblema a esphera armilar e as setas, que de longinquos tempos figuravam nas armas da cidade. Accrescentou-se-lhe, certamente para harmonia esthetica do desenho — atribuido ao professor Bernardelli — além do barrete phrigio, uma velha aberta, de embarcação, cuja prôa forma a base das armas do Disticto. E mais dois golphinhos ao lado da quilha da embarcação. Coroando taes detalhes, vê-se o symbolo da cidade fortificada: — o classico castello das cidades latinas. E pouco abaixo, o louro e o carvalho, que recordam as virtudes civicas dos povos.

Relembredas nesta rapida descriçao as historicas settas dos Tamoyos e outros symbolos heraldicos do passado, — o proprio texto do Decreto n. 312, de agosto de 1896, completam os elementos essenciaes de que carece V. Excia. Saudações — (a) Aureliano Portugal."

Como se vê, quem desenhou as actuaes armas da cidade do Rio de Janeiro não tinha nem ligeiras noções de heraldica. De facto, esse emblema não possúe escudo, peça essencial de um brazão, nem traz a indicação das cruces e metaes. Entretanto, os symbolos tradicionaes permitiriam a composição de um emblema de grande singeleza e significação: em escudo de sinople, a esphera armilar de ouro, atravessada por tres settas do mesmo metal, duas em aspa e uma em pala.
BRAZÃO
DO RIO DE JANEIRO

nº75) - 1826

nº76) - 1858

nº77) - 1889

nº78) - 1893

nº79) - 1896

nº80) - Correção do brasão actual
Timbre, a coroa mural de ouro. Ornamentos exteriores, os mesmos das armas actuaes. Ficaria, assim, o brazão com um só metal e um só esmalte, formando as cores nacionaes, que não seriam descabidas no emblema heraldico da capital do paiz, e não se sobrecarregaria o escudo com outros elementos senão os symbolos primitivos, tão bem escolhidos pelo proprio fundador da cidade. Se se quizer corrigir apenas o brazão actual, bastará substituir por um escudo a vela de navio e, conservando a ornamentacao exterior, discriminar a cor do campo e o metal da esphera e settas.

Anteriormente, o Districto Federal possuía outros brazões, adoptados respectivamente em 1826, 1858, 1889 e 1893, conforme se vê dos desenhos que reproduzimos fielmente de publicações officiaes da Prefeitura carioca. Destes, só o de 1858 é aproveitavel, mas todos estão compostos com infraccão das regras de heraldica.

O Brazão da Cidade de São Paulo

Foi adoptado em 1917, em concurso aberto pela Prefeitura Municipal, ao qual Guilherme de Almeida e José Wasth Rodrigues concorreram com o seguinte projecto, classificado em primeiro logar:

"Escudo portuguez de goles, com um braço armado movente da dextra, empunhando uma espada batalhante de cópos em cruz, e uma flammula farpada de quatro pontas, com a Cruz dos Navegadores Portuguezes, içada em haste lanceada em acha d'armas, tudo de prata. Encima o escudo coroa mural d'ouro, de quatro torres, com tres ameias e sua porta cada uma. Supportes : dois ramos de café de sua cor. Divisa : non ducor, ducor de sable em um listão de prata."
“Escudo português” — como são os das cidades de Portugal (I. de Vilhena Barbosa, “As Cidades e Villas da Monarchia Portugueza”), para relembrar a raça colonisadora e principal formadora;

de gôles — o campo, porque o vermelho, em brazão, symbolisa “victorias, ardis, guerras” (Antonio de Villas-Boas e Sampayo “Nobiliarchia Portugueza”, ed. 1727, pag. 219), de que tão a transbordar está a nossa historia;

com um braço armado — heráldica figuração da acção proveitosa, forte, continua (Dénis François Gastelier de la Tour, “Dictionnaire Héraldique”), vestido á maneira do século XVI (braçal d’articulações imbricadas no braço e liso no antebraço, com espaldeira e cotoveloira brosladas d’arabescos), a indicar a época das descobertas;

movente da dextra — lado nobre do escudo, que nobre foi sempre a gente paulista, já do bom sangue que de Portugal lhe veiu, já da grande somma d’altos feitos com que uma sua mui legitima nobreza edificou;

empunhando uma espada batalhante — gesto d’Amador Bueno da Ribeira que, acclamado rei, de sua casa sahiu, fiel vassallo, “com a espada núa na mão”, (Fr. Gaspar da Madre de Deus, “Capitania de S. Vicente”, ed. 1797, pg. 133), acclamando, por seu, El-Rei de Portugal; e gesto, outrossim, de Pedro I, proclamando a Independencia, tal como o estampa a têla de Pedro Americano;

de cópos em cruz — atributo da espada emblematica do Apostolo São Paulo, a lembrar o Santo padroeiro e a data da fundação desta cidade;

e uma flammula farpada de quatro pontas — comemoração principal da historia gloriosa do bandeirismo, levando a efficacia de sua acção audaz aos quatro pontos cardaes;

com a Cruz dos Navegantes Portuzeuges — de gôles, vazia de prata — cruz descobridora de mundos, que, arribando espalmada no velame das galéras, a tudo presidiu,
BRAZÃO DE SÃO PAULO

81 - PROJETO DE J.W. RODRIGUES APRESENTADO AO PRIMEIRO CONCURSO

82 - PROJETO DE GUILHERME DE ALMEIDA E J.W. RODRIGUES APRESENTADO AO SEGUNDO CONCURSO

83 - BAZÃO ADOPTADO (MODELO OFICIAL)

84 - CORREÇÃO DO BAZÃO ADOPTADO
depois, na Terra de Santa Cruz: ou clareando a róta dos devassadores das selvas, ou guiando, na obra de catechese, os Padres de Jesus;

"içada em haste lanceada em acha d’armas" — allusão à machada aventureira de João Amaro, Antonio Raposo, Bartholomeu Bueno, Domingos Jorge, Fernão Dias... a rasgar, no sertão inhospito, a trilha, que a bandeira, solicita, seguia;

"tudo de prata" — côr symbolica da lealdade, da nobreza, da gloria (Antonio de Villas-Boas e Sampayo, ob. e pg. cits.): lealdade da gente paulista no domínio lusitano; no Imperio, na Republica; nobreza do bandeirante impavido; gloria de estar, alfin, firmado a São Paulo, na Federação Brasileira, o mais alto, lisonjeiro posto;

"Encima o escudo corôa mural d’ouro" — que é o metal para corôas de cidades de primeira ordem (Dénis François Gastelier de la Tour, ob. cit.; P. Menestrier, "Le Dessin de la Science du Blason"; H. Goudron de Génouillac, "L’Art Héraldique");

"de quatro torres" — das quaes só duas se vêm: uma completa ao centro, e meia de cada lado, como estabelecido está pela perspectiva heraldica;

"com tres ameias e sua porta cada uma" — segundo é de uso constante na armaria, tendo essa corôa cabal justificativa historica: as quatro portas da antiga cidadella dos catechumenos, duas ao norte, guardadas e frequentadas pela gente de Tibiriçá, e duas ao sul, defendidas pelos guerreiros de Caiuby (Dr. Theodoro de Sampaio, "São Paulo no Tempo de Anchieta", pag. 129); rememorando, ademais, a Villa de Santo André que, pelos annos de 1553, Thomé de Souza mandou fortificar "com uma trincheira e quatro ba-luarte e onde se cavalgasse artilha" (Fr. Gaspar da Madre de Deus, ob. cit., pag. 109), e cuja população houve de se render, mais tarde, ante o progresso e vulto a pouco e pouco grangeados pela Villa de São Paulo, que marcava assim seu
primeiro passo na senda que vae fazendo de a todos se impôr e tudo sobrepjar por bravura e esforço seu;

“Supportes: dois ramos de café de sua cér” — uma das fontes de riqueza do Brasil, em cujas armas também figura, e maxima riqueza deste Estado;

“Divisa” — : non ducor, duco — latina, recorda a origem da nossa raça; breve, traduz com animosa energia tudo o que é a nossa historia: estímulos e exemplo para os demais irmãos;

“de sable em um listão de prata” — cores das duas raças que se cruzaram para gerar o povo esforçado que, no concerto da União, é o que “não segue, conduz”.

Adoptando este projecto, a commissão julgadora, composta dos srs. dr. Carlos de Campos, monsenhor dr. Benedicto Paulo Alves de Souza, dr. Eduardo de Aguiar de Andrade, Nestor Rangel Pestana e Benedicto Calixto de Jesus, escreveu o seguinte em seu parecer de 2 de março de 1917:

“De todos os trabalhos que figuraram no concurso, é o projecto n. 7 aquelle que obedece de uma maneira mais completa ao antigo e verdadeiro preceito heraldico, de que toda a belleza de um brazão de armas reside na simplicidade de sua concepção. O autor adoptou para a fórma do escudo a portugueza ou flamenga; nesse escudo gravou apenas um emblema e em toda a sua composição, exceptuando os atributos externos, empregou apenas um esmalte e um só metal.

De todas as fórmas de escudo, é a das antigas cidades e villas de Portugal a mais singela e, adoptando-a, o artista não só favoreceu o conjunto, como indicou, de realce, a origem portugueza de S. Paulo.

Na impossibilidade material de representar dentro dos limites restrictos de um brazão toda a história da cidade, o autor teve a feliz inspiração de adoptar o unico emblema capaz de resumir de uma fórma eloquente toda a historia de seu povo: — o symbolo do Bandeirante, titulo de gloria
dos filhos desta terra! — De um jacto esse symbolo não só evoca as primeiras e arduas lutas dos tempos remotos das conquistas, quando diante da bandeira intrepida e alta se dilatavam os limites do Brasil primitivo, como representa, ainda, com o seu braço armado e o seu guante de aço, a acção sempre pujante do paulista em todas as phases do Brasil histórico.

O autor adoptou para o emblema o metal symbolico da lealdade e da nobreza e, para o campo, o esmalte representativo da altivez e da audacia. Emblema, metal e esmalte se completam em uma harmonia perfeita, tornando o brazão eminentemente parlante.

A commissão julga, todavia, que, sem alterar a concepção, algumas pequenas modificações contribuiriam a dar maior realce ao escudo.

O artista, por exemplo, representou o braço armado movente do flanco dextro e muito acertadamente justificou essa disposição por ser esse o lado nobre do brazão. Embora muito generalizada, essa disposição, em heraldica, não é rigorosamente correcta. Movente do flanco dextro, deve-se mostrar o braço esquerdo do guerreiro. Mas, como o braço da acção é o braço direito e o emblema figura a mão empuñhando, não uma simples bandeirola, mas uma haste lanceada em acha d’armas, somos de opinião que seria preferível sacrificar a idéa do lado nobre e, invertendo a disposição, mover o braço direito do cavalleiro do flanco sinistro, colocando ainda o emblema em uma posição mais symetrica em relação ao chefe e à ponta do escudo.

A suppressão da espada de cópos em cruz favoreceria, igualmente, o aspecto do conjunto; obedece esta suggestão á preoccupação de não sobrecarregar o brazão de emblemas e de evitar a repetição de symbolos.

Sem entrar na discussão do criterio a que obedeceu o autor do projecto para a escolha das cores do corpo e alma da divisa que, aliás, se afasta dos limites a que deve ficar
circumscrippto o brazão de armas de uma cidade, a comissão opta pela repetição das cores do escudo nos seus acessórios, como é de boa regra, em heraldica.

Quanto à alma da divisa, a comissão já teve o ensejo de se pronunciar a seu respeito por ocasião do primeiro concurso em que ella figurou: completa o escudo e traduz de uma maneira vibrante a índole do povo paulista.

Nessas condições serão brazonadas as armas da cidade pela fórma seguinte:

"Escudo português de gôles com um braço armado movente do flanco sinistro empunhando um pendão de quatro pontas farpadas ostentando uma cruz de gôles, aberta em branco sobre si, da Ordem de Christo, içada em haste lanceada em acha d'armas, tudo de prata. Encima o escudo a coroa mural de ouro, de quatro torres, com tres ameias e sua porta cada uma. Supportes: dois ramos de café de sua cór. Divisa: Non ducor, duco, de gôles em listão de prata". (1)

O acto n. 1057, da Prefeitura de São Paulo, datado de 8 de março de 1917 e assignado pelo então prefeito dr. Washington Luis Pereira de Souza, instituiu o brazão d'armas da cidade e município de São Paulo, reproduzindo textualmente a descrição proposta pela comissão julgadora do concurso.

Foi, pois, aceita a emenda. Referindo-se a esta, escreveu Guilherme de Almeida:

"Simplificou-o bastante (e isso já é alguma cousa), mas tirou-lhe grande parte do symbolismo.

Sou o primeiro a reconhecer no primitivo projecto insignificante deslise que se prende a pequenina regra heraldica: a divisa é negra sobre fita de prata, quando é expresso que as letras das inscripções, divisas, etc., serão sempre de metal."

(1) Revista do Brasil, vol. IV, pags. 506 a 508 (São Paulo, 1917).
José Wasth Rodrigues fornece-nos a respeito as notas seguintes:

"O dextrochério do brazão de S. Paulo, apezar de muito discutido pela comissão julgadora do 2.º concurso, apresenta ainda certos pontos dignos de correção.

Pondo-o na posição em que está, a comissão acertou, pois o dextrochério deve ser sem sombra de dúvida "um braço direito movente para a direita do escudo" (esquerda do observador).

Neste ponto são concordes todos os textos e vem assim o dextrochério representado, não só nas mais vulgares enciclopedias, como nas melhores obras de heraldica, como por exemplo no "Methodé" do Padre Menestrier.

E' discutível, porém, represental-o isolado, pois elle deve ser movente ou nascente do flanco esquerdo do escudo. Assim figura no armorial portuguez, nas armas dos Dias, Deusdará, Horta, Leste, Conestagio, Barbalonga, etc. O aspecto adoptado no brazão de São Paulo traz o inconveniente seguinte: ou mostra um vacuo na extremidade do braço (como se vê actualmente) e neste caso parece que a armadura está vazia, ou deve mostrar o braço e a armadura amputados.

Por isto o dextrochério é geralmente representado surgindo do flanco esquerdo do escudo. Nas gravuras que ilustram esta palavra em obras vulgares como: "Encyclopédie Universelle du XXème Siècle", no "Nouveau Larousse Illustré", no "Larousse do XXème Siècle" lê-se: "O dextrochério é sempre movente do flanco sinistro do escudo" (armas dos condestaveis e de algumas cidades "à franchises").

"Le dextrochère, bras droit représenté nù, armé ou paré, tenant à la main un badelaire, une épée ou toute autre pièce. Il est mouvant du flanc sénestre de l'écu"... etc. "L'Art Heraldique" par H. G. de Genouillac.

"Destrochério : Chiamasi il braccio destro movente nello scudo dal fianco sinistro". — Dizionario Araldico, Hoepli, p. 247.
O mesmo vê-se desenhado nas armas dos Desmarets:
"D’azur au dextrochère d’argent, tenant une plante de trois lis de même" — "Traité Complet de la Science du Blazon" par Jouffroy d’Eschavannes.

E' representado também nascente de nuvens, mantos ou outra peça: exemplo, o brazão da Bosnia, onde se vê um braço armado de uma cimitarra surgindo de um manto de arminho no flanco sinistro do escudo.

Braço armado surgindo de nuvens vê-se na divisa dos Montmorency, na descrição da bandeira dos Dragões das Minas e na antiga bandeira de guerra da Hollanda (Museu Histórico — Rio)

Outro ponto digno de reparo no brazão paulista é a falta da espada, que constava do projecto escolhido.

A espada no brazão de S. Paulo é indispensável, pois tem uma grande significação: é a espada do apostolo S. Paulo, é o gesto de Amador Bueno, é o de D. Pedro I no Ipiranga, é o valor militar paulista..."

---

O Brazão do Estado de São Paulo

São Paulo foi a ultima unidade da Federação Brasileira que adoptou um brazão de armas, criado durante a epopéia constitucionalista iniciada a 9 de julho de 1932. Num folheto, publicado em plena revolução, (1) vem assim contada a historia deste symbolo:

---

(1) *O Brazão de Armas do Estado de São Paulo — Edição da Comissão de Donativos da Associação Comercial de São Paulo, destinada a ser vendida em beneficio do Movimento Constitucionalista. (São Paulo Editora Limitada, 1932).*
"A commissão nomeada pela Associação Commercial de São Paulo para dirigir a Campanha do Ouro para a Victoria adoptou o lemma que lhe foi proposto pelos srs. dr. José Maria Whitaker e monsenhor dr. Gastão Liberal Pinto: Pro São Paulo fiant eximia — "Por São Paulo façam-se grandes cousas." (1)

A mesma commissão também adoptou, como seu emblema, por suggestão do pintor José Wasth Rodrigues, a espada romana usada pelo apostolo São Paulo, posta em pala com a ponta ao alto e o punho sobre o cruzamento de dois ramos, um de louro e outro de carvalho.

A espada — sugerida pelo projecto premiado no segundo concurso do brazão de armas da cidade de São Paulo, projecto esse da autoria de Guilherme de Almeida e José Wasth Rodrigues — evocava o padroeiro do Estado, assim como "Amador Bueno da Ribeira, que, acclamado rei, de sua casa sahiu, fiel vassalo, com a espada nua na mão (Frei Gaspar da Madre de Deus, "Capitania de São Vicente"), acclamando por seu el-rei de Portugal"; e D. Pedro I proclamando a Independencia, tal como o estampa a têla de Pedro Americo." (Guilherme de Almeida e José Wasth Rodrigues — "Memorial do projecto premiado no segundo concurso do brazão d'armas da cidade de São Paulo").

A espada alludia ainda ao actual movimento revolucionario.

Os ramos de carvalho e louro symbolisavam o valor cívico e militar do povo paulista, tão vibrantemente evidenciado nestes dias históricos.

O lemma e o emblema escolhidos foram reproduzidos nas medalhas, diplomas, anéis e outros distintivos man-

(1) O lemma reproduz, ligeiramente modificada, uma inscrição que o engenheiro Reboças mandou colocar, em 1895, no Reservatorio da Repartição de Aguas de São Paulo, sito à rua 13 de Maio. Essa inscrição, que ainda hoje existe, é a seguinte: Pro São Paulo fiat eximium.
dados confeccionar pela comissão de direcção da Campanha do Ouro para a Victoria.

Entendendo que, pela sua alta significação, tais elementos estavam naturalmente indicados para constituirem o emblema heraldico de São Paulo, aquella comissão encarregou o sr. José Wath Rodrigues de compor com elles um brazão de armas para o nosso Estado, unica unidade da Federação que não possuia tal symbolo.

Composto esse projecto e redigido o respectivo memorial pelos srs. drs. Francisco Pati e Clovis Ribeiro, foi apresentado à comissão de direcção da Campanha do Ouro para a Victoria, na sua reunião effectuada a 22 de agosto, tendo sido em seguida entregue ao sr. Carlos de Souza Nazareth, membro daquella comissão e presidente da Associação Commercial de São Paulo, que o levou ao governador Pedro de Toledo, propondo a sua adopção.

O governo do Estado aceitou a suggestão, tendo apenas modificada a divisa, que passou a ser *Pro Brasilia fiant eximia*, em vez de *Pro São Paulo fiant eximia*, para que o brazão contivesse, como era necessário, uma afirmação da brasildade de São Paulo."

A adopção do brazão se fez pelo decreto n. 5.656, de 29 de agosto de 1932, abaixo reproduzido:

"O doutor Pedro de Toledo, Governador do Estado de São Paulo, por aclamação do Povo Paulista, do Exercito Nacional e da Força Publica,

Decreta:

Art. 1.º — Adopta o Estado de São Paulo o Brazão de Armaz, lançado no desenho annexo e com os seguintes caracteristicos:

"Em campo de golês as letras S P em chefe e uma espada em pala com a ponta ao alto e o punho brocante sobre o cruzamento de dois ramos de louro e carvalho, tudo de prata. Timbre: uma estrella de prata. Fita do golês com"
a divisa — "Pro Brasilia fiant eximia" — em letras de prata. Supportes: dois ramos de café, frutificados e de sua cõr".

O Estado de São Paulo, ao contrario dos demais Estados da Federação, não possúe, ainda, bração de armas. Vae possuill-o agora, em hora opportuna como poucas. Como tudo o que é seu, como tudo o que se acha incorporado ao seu patrimônio moral e material, este bração de armas será, também, uma conquista do seu povo. Ao invéz de consagrar unicamente glorias antígas, consagrará, também, glorias presentes. Os symbolos que no mesmo figuram viverão pelo que dizem do passado e pelo que confirmam no presente.

São Paulo vive um instante de apogeu. A historia de Piratininga, tão illustre hoje como na era das Bandeiras, veiu culminar nesta epopéa pelo direito e pelas liberdades publicas. A espada batalhante encontra, mais uma vez, mãos que a empunham, enristam e dignificam. Essa espada desbravou sertões, alargou fronteiras, fundou cidades, desembainhou-se pela Independencia, cobriu-se de gloria nas guerras do Sul, ajudou a implantar e a consolidar a Republica e agora se levanta contra a dictadura, para salvar e redimir o Brasil. A sua missão, no passado, como no presente, é de pelejar, victoriosamente, pelas grandes causas da nacionalidade, a cujos destinos, varias vezes, tem aberto novos rumos.

O escudo é o portuguez, como convém a descendentes de portuguezes e de acordo com o uso já consagrado no Brasil. De uma só cõr e um só metal, como é de bom estilo em heraldica, ficando, assim, dentro da maior simplicidade e em harmonia com o bração da cidade de São Paulo. O vermelho, esmalte representativo da altivez, da audacia e da gloria, perpetúa o valor do povo paulista, que jamais trepidou em afrontar as asperezas da luta e a derramar o seu sangue pelo Brasil e pela liberdade. A prata, metal symbo-
lico da lealdade e da nobreza, allude também ao tope branco usado tradicionalmente pelos partidários da Constituição, desde os tempos coloniais, e adoptado como distintivo dos soldados constitucionalistas no actual movimento revolucionário. Diz bem do carácter ordeiro da nossa gente, que sómente quer viver sob o regimen da lei e das garantias jurídicas, pelo qual ainda agora se bate.

As iniciais S P significam que o propio nome de São Paulo evoca melhor o seu valor e as suas glórias do que quaisquer símbolos ou emblemas. O uso de letras iniciais está consagrado na heraldica desde os tempos antigos, o que se pôde ver no armorial português, e, entre os países, na França, que adoptou as letras R F, pondo de lado símbolos de grande prestígio, que poderia ostentar.

A espada romana, usada pelo apostolo São Paulo, evoca o padroeiro do Estado. Lembra ainda o gesto de Amador Bueno, a epopeia das Bandeiras, Pedro I proclamando a Independência na collina do Ipiranga e, finalmente, a espada que, na hora actual, foi “desembaixada em continência á Lei.”

Os ramos de louro e carvalho consagram o valor militar de São Paulo, que desde os tempos coloniais tem sabido enobrecer as tradições de bravura do povo brasileiro, e o seu valor cívico, sempre à frente das grandes iniciativas tendentes a criar para o Brasil uma situação proeminente no concerto dos povos cultos.

Como timbre, uma estrela de prata: indica que São Paulo é uma das unidades da Federação Brasileira, symbolisadas por vinte estrelas nas armas federaes.

A divisa — “Pro Brasilia fiant eximia” — “Pelo Brasil façam-se grandes cousas” — afirma o profundo sentimento de brasilidade do povo paulista. Lembra o esforço de que sempre se mostraram capazes os filhos deste Estado quando a Nação exigiu delles o maximo de sacrifícios, como ainda agora está acontecendo.
BRAZÕES ESTADUAES

85 - MARANHÃO

86 - RIO GRANDE DO NORTE

87 - RIO GRANDE DO SUL

88 - MATTO GROSSO

89 - ESTADO DE SÃO PAULO
Os ramos de café indicam a base da fortuna publica do Estado e a tradição de riqueza que São Paulo soube criar, atravéz de arduos trabalhos.

Art. 2.° — Entrará este decreto em vigor imediata-mente, revogadas as disposições em contrario.


Até hoje nenhum brazão se popularisou tanto no Brasil como o do Estado de São Paulo. Criado num dos momentos culminantes da historia paulista, logo se vulgarisou intensamente o seu uso por parte de todo o povo. Foi, sem demora, reproduzido em milhares de estampas, que tiveram extraordinaria procura para adorno das paredes dos lares e dos escriptorios. Estampado em placas de metal, serviu para ser affixado em portae de residencias e em pesos de papel. Cunhado em prata e em outros metaes, com elle se fizeram distintivos de lapella, alfinetes e presilhas de gravata, broches de senhoras, aneis de sinete, abotoaduras para punhos, etc., servindo ainda para ornamento de carteiras, bolsas, cinzeiros e innumerous outros objectos.

A immensa popularidade deste brazão não foi determinada apenas pelo momento historico excepcional que elle assinalou, mas porque esse symbolo passou a ser usado como signal de fidelidade á grande causa que São Paulo encarnava e pela qual se bateu com tão gloriosa bravura, fazendo, de conformidade com o lemma adoptado, “grandes cousas pelo Brasil”.

(1) Diario Oficial do Estado de São Paulo, — edição de 30 de agosto de 1932.
Brazões de Outros Estados

ALAGOAS — O decreto n. 53, de 25 de maio de 1894, dispoz o seguinte:

“O Governador do Estado, attendendo á conveniencia de estabelecer as armas do Estado para symbolisal-o nos papeis publicos, decreta a adopção das que se acham desenhadas no modelo annexo e se compõem dos seguintes distintivos: Um escudo atravessado por uma faixa em sentido obliquo e descendente da esquerda para a direita com a legenda — Paz e Prosperidade — o que constitúe a nossa principal aspiração. Na base esquerda, como representação das nossas industrias, o trem de uma via ferrea, e logo acima um barco a vapor dá a idéia do nosso commerçio. No centro ao lado direito, o nosso mais notável accidente physico, a Cachoeira de Paulo Affonso, formada pelo rio S. Francisco, recorda as nossas vias de comunicação fluvial. Na parte superior do lado direito uma estrella radiante symbolisa a que representa o Estado de Alagôas nas armas e bandeira da Republica. Um feixe de cannas e um ramo de algodoeiro, orlando a parte inferior do escudo, rememoram a nossa lavoura. Na parte superior uma agua deslumbrada, emblema da força, cercada de uma aureola, abrange o escudo com as suas azas destendidas. Finalmente, uma fita de pontas bipartidas, desenhada por cima do escudo, contém, em caracteres maiusculos, as palavras “Estado de Alagoas” e em outra fita menor, que na parte inferior enlaça o feixe de cannas e o ramo de algodoeiro, se lê em idênticos caracteres a palavra “Brasil”. O presente decreto será opportunamente submettido á aprovação do Congresso. — Palacio do Governo do Es-
tado de Alagoas, em Maceió, 25 de maio de 1894, 6.º da Republica — (a) *Gabino Besouro.*

**AMAZONAS** — O escudo d’armas do Estado apresenta como feição principal a confluencia dos rios Negro e Amazonas (1). E’ anterior a 1892, pois já apparece impresso na capa da collecção de leis do Estado, daquelle anno.

**BAHIA** — O brazão do Estado da Bahia “representa as figuras do Trabalho e da Republica, de mãos enlaçadas sobre um escudo no qual se vê, na prôa de uma embarcação, um marinheiro apontando para a terra proxima (allusão ao descobrimento do Brasil); tem por timbre uma estrella aureolada, encimada pela inscripção “Estado da Bahia”; por baixo do escudo, numa fita, a legenda *Per ardua surgo,* e mais abaixo a palavra “Brasil”. (2)

Este brazão já apparece impresso no volume da collecção de leis do Estado, referente ao anno de 1891.

**CEARÁ** — Lei n. 393, de 22 de setembro de 1897:

“O povo do Estado do Ceará, por seus representantes, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1.º — As armas do Estado serão representadas por um escudo encimado por um forte de antiga construcção e desenhado da seguinte maneira: Uma ellipse atravessada por uma zona em sentido obliquo, da esquerda para a direita, e semeada de estrellas, symbolizando os diferentes municipios do Estado, mostrará, no centro do escudo, uma parte do litoral, comprehendida a enseada, e o farol do Mucuripe; e um debuxo de passaro destacar-se-á do angulo direito do mesmo escudo, cercando-o ramos de fumo e algodão, tudo conforme o modelo annexo.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrario. — Palacio da Presidencia do Ceará, em 22 de setembro de

---

(1) Alfredo de Carvalho — Brasões do Brasil Republicano (logar citado).
(2) Alfredo de Carvalho — Brasões do Brasil Republicano (logar citado).
1897, 9.º da Republica — (a) Antonio Pinto Nogueira Accioly — Servindo de secretario, Cezidio d’Albuquerque Martins Pereira.”

No annexo a esta lei, vem o brazão lithographado a côres, com o escudo verde e o centro ao natural.

ESPIRITO SANTO — A lei n. 2, de 11 de junho de 1892, adoptou como emblema estadoal a constellação do Cruzeiro, circundada por quatro datas notáveis do Estado e tendo em volta as palavras “Estado de Espirito Santo”. O brazão actual foi instituído pelo decreto n. 456, de 7 de setembro de 1909, abaixo transcripto:

“Art. 1.º — Fica adoptado o escudo das armas do Estado, que deverá ser usado em todos os papeis oficiaes.

Art. 2.º — Este escudo é representado por uma grande estrela azul e rosa em cujo centro se vê a entrada da barra de Victoria com os montes Moreno e Penha, destacando-se ao fundo o convento de N. S. da Penha, cercada por duas circumferencias concentricas, em cujo espaço intermediario se lêm os dizeres: “Trabalha e confia” — “Estado do Espirito Santo”. Em forma de lyra, circundam a grande estrela dois ramos de café e canna, ligados na extremidade por um laço em que se lêem as datas — 23 de maio de 1535 — 2 de maio de 1892, havendo em torno de todo esse conjunto tres estrelas menores, representando os Estados li-mitrophes do Espirito Santo. — Palacio do Governo do Estado do Espirito Santo, em 7 de setembro de 1909 — (a) Jeronymo de Souza Monteiro — Ubaldo Ramalhele Maia.

MATTO GROSSO — O brazão deste Estado foi criado pelo decreto legislativo n. 799, de 14 de agosto de 1918, por iniciativa do então governador D. Aquino Correia. Não obtivemos o texto desse decreto.

MINAS GERAES — A lei n. 1, de 14 de setembro de 1891, adoptou como insignias oficiaes do Estado um circulo, dentro do qual se vêm duas figuras humanas, symbolisando
a agricultura e a mineração, circunscritas das palavras “Estado de Minas Geraes — 15 de junho de 1891” (Data da promulgação da Constituição estadual). Divisa: *Libertas quae sera tamen*. Este brasão foi recentemente substituído por outro, em virtude do que dispôs o decreto n. 6.498, de 5 de fevereiro de 1924.

E' o seguinte o texto da lei n. 1, de 14 de setembro de 1891:

“O povo do Estado de Minas Geraes, por seus representantes, decretou e eu, em seu nome, sanciono a presente lei:

Art. 1.º — Para authenticidade dos actos legislativos, administrativos e judiciarios, são adoptados o grande e o pequeno sello do Estado, cujo emblema o governo é autorizado a mandar fazer, contendo as allegorias da agricultura e da mineração, a data de 15 de junho de 1891 e a legenda *Libertas quae sera tamen*.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrario — Mando, etc. — Dada no Palacio da Presidencia do Estado de Minas Geraes em Ouro Preto, aos 14 dias do mez de setembro de 1891, 3.º da Republica — (a) José Cesario de Faria Alvim.”

A lei n. 6.498, de 5 de fevereiro de 1924, dispôs o seguinte:

“O Vice-Presidente do Estado de Minas Geraes, em exercicio, resolve aprovar como sello do Estado, a que se refere a lei n.º 1, de 14 de setembro de 1891, o desenho que a este acompanha, rubricado pelo Secretario de Estado dos Negocios do Interior, começando a vigorar este decreto a partir de 1.º de maio deste anno. O Secretario de Estado dos Negocios do Interior assim o tenha entendido e faça executar. Palacio da Presidencia do Estado de Minas Geraes, em Belo Horizonte, 5 de fevereiro de 1924. — (a) Olegario Dias Maciel, Fernando Mello Vianna.”

Reproduzimos fielmente o desenho feito em virtude da lei n. 1, bem como o que acompanhou o decreto n. 6.498.
Pará — É de góles, com uma banda de prata, carregada de uma estrela de azul em abysmo. Reproduz as cores e as figuras da bandeira paraense. Instituiu-o, pela lei n. 918, de 9 de novembro de 1903, o governador dr. Augusto de Montenegro, quando se recusou a tornar oficial aquelle símbolo, criado no tempo da propaganda como pavilhão do Partido Republicano Paraense. (1) Em 1901 era usado como escudo do Pará o da cidade de Belém (descripto por José de Moraes em 1759), tendo por timbre as armas da República e, como supportes, á direita o pavilhão nacional e á esquerda a bandeira paraense. (2)

Paraná — O Paraná já tem o seu terceiro brazão de armas. O primeiro foi officialisado pela lei n. 592, de 24 de março de 1905; o segundo, pela lei n. 904, de 21 de março de 1910; e o terceiro é de criação recente. Estes brazões são reproduzidos pelas designações de, respectivamente, ns. 1, 2 e 3.

O decreto n. 592, subscripto pelo presidente Vicente Machado da Silva Lima, dispôs, no seu art. 1.º:

"As armas do Estado serão as mesmas até aqui adoptadas, sendo, porém, de cores verde e branca o plano do polígono estrellado e circundado este por uma grinalda formada de dois ramos de mate e pinheiro, sendo de cór branca a irradiação que faz fundo ao escudo."

A lei n. 904 está assim redigida:

"O Congresso Legislativo do Estado do Paraná decre-tou e eu sanciono a lei seguinte:

Art. 1.º — Fica adoptado como armas do Estado do Paraná o desenho simbólico que acompanha este decreto.

Art. 2.º — Os symbolos contidos no desenho annexo assim se explicam:

(1) Informação prestada pelo prof. dr. Theodoro Braga.
(2) Alfredo de Carvalho — Brazões do Brasil Republicano.
a) O lavrador, ceifando a messe farta, colocado no primeiro plano do campo do escudo, assignala com precisão o caráter de nosso meio étnico e econômico, e representa as inclinações naturais do nosso tempo e da nossa raça, temperada pela civilização.

b) A orla de pinheiras, esfumada no segundo plano do escudo, dá ideia da extensão da nossa natureza vegetal.

c) A cordilheira marítima, limitando o horizonte, diz sobre a natureza do solo, variado por divisões de altitudes que lhe são características.

d) O sol nascente é o símbolo illuminado de uma grandeza que surge, de um futuro que se ergue promissor e fecundo.

e) O falcão paranaense, pairando protectoralmente sobre o escudo, ao passo que representa o mais galhardo exemplar da nossa avi-fauna, condiz com o pensamento adoptado universalmente para a representação symbolica que pôs nas azas condoreiras as humanas inclinações pela liberdade.

f) As grinaldas de pinho e mate, emfim, que contornam a parte inferior do escudo, definem as preocupações industriais da actualidade, que fazem a riqueza economical do Estado.

Art. 3.° — A presente combinação heráldica terá uso em todos os papeis oficiais do Estado e na fachada dos edifícios públicos.

Art. 4.° — Revogam-se as disposições em contrário. — Palácio da Presidência do Estado do Paraná, em 21 de março de 1910, 22.° da República — (a) Francisco Xavier da Silva.”

PERNAMBUCO — A lei n. 75, de 21 de maio de 1895, dispôz o seguinte:

“O Congresso Legislativo do Estado de Pernambuco decreta:

Art. 1.° — O escudo que deve servir como sello do Estado de Pernambuco, para authenticar os actos oficiais,
conterá uma faixa estreita, elliptica, ornada de tantas estrelas quantos forem os municípios do Estado e cercando o desenho ao extremo norte do Recife, que confronta a Capital com o farol e o fortim da barra, destacando-se ao longe a cidade de Olinda e á direita o sol erguendo-se sobre o oceano. Encimando o escudo ver-se-á o leão em repouso, á esquerda e aos lados a canna de assucar e o algodoeiro em flôr, enlaçados, na extremidade inferior, por uma fita azul e branca, tendo as datas 1710, 1817, 1824 e 1889.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrario. — Camara dos Deputados do Estado de Pernambuco, 21 de maio de 1895. — (a) José Marcellino da Rosa e Silva, presidente — Palacio do Governo do Estado de Pernambuco, em 25 de maio de 1895, — (a) Alexandre José Barbosa Lima.”

PIAUHY — A lei n. 38, de 6 de julho de 1894, dispoz o seguinte:

“Art. 1.º — E’ criado o sello do Estado para autenticidade dos actos legislativos, administrativos e judiciaes.
Art. 2.º — O governador do Estado é autorizado a mandar fazer o dito sello, em cujo emblema será sobreposta uma estrela e inscripta a data da promulgação da Constituição do mesmo Estado.
Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrario. — Palacio do Governo do Estado do Piauhy, 6 de julho de 1894, 6.º da Republica — (a) Coriolano de Carvalho e Silva, Eutropio de Almeida Rego.”

Actualmente é usado o brazão criado pela art. 1.º da lei n. 1.050, de 24 de julho de 1922, a seguir transcrito:

“Art. 1.º — E’ adoptado como emblema do Estado do Piauhy o brazão composto das peças heraldicas abaixo descriptas segundo o modelo dibuxado no annexo N.º 1 : a) Um escudo nóo-classico cortado, contendo, sobre o campo superior de oiro velho, esmaltadas em sinopla, uma ao lado da outra e equidistantes, as tres palmeiras nativas do Piauhy: carnaúba (Corypha cerifera), á dextra, lembrando a phase
nomade e pastoril de penetração pelos Bandeirantes, no território virgem; burity (*Mauritia vinifera*), ao centro marcando a época subsequente de fixação e estabelecimento dos núcleos de população e do amanho das terras, e babassú (*Orbignya spectosa*), à sinistra, assinalando a evolução econômica; ao campo inferior do escudo de fundo branco estriado de coticas em faixas de cór azul cobalto, sobrepõem-se, dispostos em *roquete*, três piáus de prata representando os maiores rios do Piauí: Parnahyba, Canindé e Poty. As coticas azues, em numero de sete, correspondem aos principais afluentes à margem direita do rio Parnahyba. Separando os campos e delimitando o escudo, ha ainda um filete e uma bordadura de esmalte gôles, ambos estreitos. b) Uma estrela de prata com cinco pontas, ao alto do chefe do escudo symbolizando aspiração de progresso. c) Um par de ramos, em sinopla, ouro e prata, respectivamente de algodeiro à direita e canna de assucar à esquerda do escudo, figurando as duas principais produções agrícolas do Estado, atadas em cruz de Santo André por uma flammula azul cobalto farpada em ambas as pontas e tendo inscriptas em letras de ouro a legenda que se adopta para o Estado. — *Impavidum ferient ruinae* — e a data de 24 de janeiro de 1823 da proclamação de sua independencia.

**RIO GRANDE DO NORTE** — Criado pelo decreto n. 201, de 1 de julho de 1909, assim redigido: "Art. 1.º — O bração d’armas do Estado do Rio Grande do Norte é um escudo de campo aberto, dividido a dois terços de altura, tendo no plano inferior o mar, onde navega uma jangada de pescadores, que representam as industrias do sal e da pesca. No terço superior, em campo de prata, duas filôres aos lados e ao centro dois capulhos de algodeiro. Ladeiam o escudo, em toda a sua altura, um coqueiro à direita e uma carnaúba à esquerda, tendo os troncos ligados por duas cannas de assucar, presas por um laço com as côres nacionaes. Tanto os moveis do escudo, como os emblemas, em côres naturaes.

RIO GRANDE DO SUL — A constituição rio-grandense (título VI) officialisou, como escudo do Estado, o da República de Piratining.

RIO DE JANEIRO — Lei n. 3, de 29 de junho de 1892:
“O povo do Estado do Rio de Janeiro, por seus representantes, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1.° — São criados o grande e o pequeno sello do Estado, para authenticidade dos actos legislativos, administrativos e judiciares.

Art. 2.° — O presidente do Estado é autorizado a mandar fazer os ditos sellos, em cujo emblema serão representadas as duas principaes culturas do Estado, sobreposta uma estrela e inscriptas a data da promulgação da constituição e a seguinte legenda Recte rempublicam gerere.

Art. 3.° — O grande sello será apposto nos actos expedidos sob a assignatura do presidente do Estado, do presidente da Assembléa Legislativa ou do presidente da Relação, e o pequeno nos expedidos pelas demais autoridades.

Art. 4.° — Ficam revogadas as disposições em contrario — Mando, etc. — Palácio do Governo do Estado do Rio de Janeiro, 29 de julho de 1892 — (a) Dr. José Thomaz de Porciuncula.”

Este braço foi desenhado por Ricardo Honorato Teixeira de Carvalho.
SANTA CATHARINA — Este brazão foi instituído pelos arts. 1 e 2 da lei n. 126, de 15 de agosto de 1895, abaixo transcriptos:

“Art. 1.º — Ficam estabelecidas as armas e a bandeira do Estado.

Art. 2.º — As armas consistirão em uma estrela branca, anteposta á qual uma aguia, vista de frente, de azas estendidas, segurarão com a garra direita uma chave e com a esquerda uma ancora, encruzadas, ornando-lhe o peito um escudo com o distico “17 de Novembro”, inscripto horizontalmente. Um ramo de trigo do lado direito e um de café do lado esquerdo, ligados na parte inferior por um laço com as pontas fluctuantes, de cér encarnada, que terá o distico “Estado de Santa Catharina”, inscripto com letras brancas, circundarão a mesma aguia, sobre a qual se firmará o barrete phrigio, de cér encarnada.”

Esta lei foi promulgada pelo presidente Hercílio Pedro da Luz e subscripta também pelo seu secretario Julio Caetano Pereira.

O brazão é da autoria do almirante Henrique Boiteux. (1)

SERGIPE — Lei n. 2, de 5 de julho de 1892:

“Art. 1.º — Ficam criados o grande e o pequeno sello do Estado para authenticidade dos actos administrativos, legislativos e judiciários.

Art. 2.º — O grande sello será apposto aos actos assignados pelos presidentes do Estado, da Assembléa Legislativa e da Relação; e o pequeno aos expedidos pelas demais autoridades.

Art. 3.º — O presidente do Estado fica autorizado a mandar fazer ambos os sellos a que se refere esta lei.

(1) LUCAS A. BOITEUX — Historia de Santa Catharina, pag. 187.

222
Art. 4.º — Em um e outro será representado o seguinte emblema: Um indígena em acto de embarcar em um aerostato, em cujo centro se lerá a palavra — Porvir. — No alto do emblema figurará a data 18 de maio de 1892; embaixo, a legenda: Sub lege libertas e aos lados: “Estado de Sergipe”.

Art. 5.º — Revogam-se as disposições em contrario — Palácio do Governo de Sergipe, em 5 de julho de 1892, 4.º da República — (a) José Calazans”.

Muito justamente, Guilherme de Almeida qualificou este emblema de “o peior brazão do mundo.”

A tão lamentável concepção, contrapõe o sr. Sylvio Cravo, numa interessante monographia apresentada ao Instituto Historico e Geographico de Sergipe, este bello escudo de armas:

“De sinople, com uma banda ondeada de prata, carregada de tres serís de gôles e acompanhada, no cantão esquerdo do chefe, de uma brica de azul orlada de prata, com um sol radiante de ouro sobre tres corôas abertas do mesmo metal em roquete. Supportes: dous ramos de canna e de algodão, de sua cór. Timbre: uma estrela de prata de cinco pontas entre dois ramos de palmeira, com o móte de ouro em fita de gôles: Sub lege libertas. Divisa: Estado de Sergipe, de ouro, em um listão de gôles.”

Assim justifica o sr. Sylvio Cravo o seu projecto:

“Cremos ter consubstanciado neste emblema, adstricto aos rigores da heraldica, os seguintes elementos de característica regional: no campo verde, a riqueza agricola do Estado; no rio com os crustaceos typicos, a interpretação gra-
phica do nome indígena; no escudete do período hollandez, o episodio mais momentoso de sua evolução historica; na estrela do timbre, a indicação de ser uma das unidades da Federação Brasileira. Do emblema de 1892, conservamo-lhe a legenda, o distico e os ornatos.” (1)

OUTROS ESTADOS — Não obtivemos informações a respeito dos brazões de Goyaz, Maranhão, Parahyba e Território do Acre.

Brazões de Cidades Paulistas

AMARO — Composição de Affonso de E. Taunay:
“Escudo redondo português, partido e encimado pela coroa mural. Em campo vermelho, no primeiro, uma aguia de prata estende o manto attributivo de Nossa Senhora do Amparo, orago da cidade, manto azul recamado dos lyrios de ouro symbolicos de Maria Santissima, e carrega ás garras os grilhões despedaçados do captiveiro. No segundo, também em campo vermelho, uma matta de sinople sobre terreno de sable, contornado de fogueiras de ouro, traduz o nome de Comandocaia, fazendo de armas falantes da cidade. Uma barra de prata situada por baixo lembra o rio Camandocaia. Como tenentes á dextra um fazendeiro e á sinistra um tropeiro, segundo os desenhos do tempo. No listel enramado de café frutificado, ao natural, inscreve-se em campo de prata a divisa em letras de góles: “A minha mentalidade é a dos paulistas.” Mea anima paulistarum est.”

Justificação: “Escolhi para symbolizar a curta existência da cidade a recordação de que deveu a fundaçao, em torno de 1829, a um nucleo de fazendeiros de café e de tro-

(1) SYLVIQ CRAVO — O Brazão de Sergipe (Imprensa Industrial, Recife, 1915).
BRAZÕES DE CIDADES PAULISTAS

110 - SÃO VICENTE

CELLULA MATER

111 - CONCEIÇÃO DE ITANHAEM

112 - CAMPINAS

113 - TIETE
peiros; progrediu notavelmente graças á lavoura cafeeira e teve dias agitados no tempo das campanhas abolicionistas, em que se destacou o seu anti-escravismo. Recordei ainda o nome indígena de *Camandocaia*, que é o rio que corta a cidade. *Camandô-cai*, a queimada, o fogo posto ao campo."

**BAURU — Composição de Paulo Vergueiro Lopes de Leão:**

"Escudo portuguez antigo. Em campo de sinople, três estrellas postas uma e duas de ouro e uma onça passante do mesmo. Corôa mural de ouro. Supportes: dois ramos de café de sua côr e um listel de ouro com o móte "Custos vigilat" de sinople.

Justificação: "O escudo de fórmula portuguesa antiga é o que melhor indica a origem de nosso povo e por isso mesmo usado na quasi totalidade dos brazões de cidades do Brasil e do Estado.

O campo de "sinople" (verde) representa primeiramente as florestas nativas onde surgiu a cidade de hoje; simboliza igualmente os pujantes canonzaes do seu município, sendo que é o symbolo heraldico da esperança e da fé.

Esperança e fé são os maiores incentivos ao progresso, são qualidades caracteristicas de todo o povo paulista, que com ellas cimentou a força do seu querer e de suas maravilhosas realizações.

O ouro signifíca nobreza, fé, sabedoria, fidelidade, constância, poder e liberalidade (Villas Boas, obra citada) — qualidades que foram tambem o apanagio dos nossos antepassados e que com justiça se manifestam no brazão de armas da cidade de Baurú.

Sem nobreza nos seus actos, sem fé na persistencia, na iniciativa, sabedoria, no bom senso pratico, constância, na execution dos seus ideaes e manutenção das boas tradições do passado, poder, nessa força de vontade que unifica a alma paulista e, finalmente, sem liberalidade, nos estes que sempre arrastaram ao bem, á munificencia desinteressada, sem visar recompensa, a municipalidade de Baurú não teria conseguido
que sua cidade constituísse em tão poucos annos de existência um dos maiores centros de trabalho e riqueza sempre crescentes do Estado de S. Paulo.

O verde e o amarelo, conjugados, são nossas cores nacionais desde o alvorecer de nossa independência política.

As três estrelas de ouro postas em triangulo na parte mais nobre do escudo symbolisam as três entidades que, conjuntamente, contribuíram para o engrandecimento e riqueza da cidade; as três estradas de ferro, que, conjugadas imprimiram o surto magnifico que observamos em Baurú.

Foram as principaes fators do seu magnifico progresso; sem ellas a cidade talvez se confundisse hoje com centenas de outras do Estado, onde o progresso existe, mas len- to e moderado.

As estrelas são symbolos de benefica protecção, sem a qual torna-se impotente a acção dos homens.

O triangulo em que são collocadas symbolisa o ideal sempre a atingir, o iman sagrado que impelle ao progresso e ao continuo aperfeiçoamento.

A onça lembra primeiramente a origem de suas plagas antes do seu povoamento. Symbolisa ainda o facto de ser Baurú como que a rainha eleita de suas irmãs da zona Noroeste e sua sentinella avançada, sempre vigilante e ufana de sua paz, seu progresso e incrível enriquecimento.

Dahi o lemma “Custos Vigilat” que significa: a sentinella está alerta, a sentinella não descansa.

Porque, além de tudo, estrategicamente, com o nó ferroviario que contém, a cidade de Baurú é uma das sentinellas mais validas, não só da Noroeste, como do próprio Estado de S. Paulo.”

Não se conhece o memorial descriptivo deste brazão, que foi oferecido á Camara Municipal de Campinas pelo vereador dr. Ricardo Gumbleton Daunt, em sessão de 16 de dezembro de 1889 e aceito por parecer de uma comissão especial, em sessão de 30 do mesmo mez e anno.

A phenix recorda que Campinas resurgiu da catastrofe da epidemia de febre amarella, que a assolou. "No passado campineiro — escreve Affonso de E. Taunay. — ha, no entanto, muitos elementos valiosos a serem recordados para que o seu escudo municipal se torne mais evocativo. Seria então a unica circumstancia digna de menção nos fastos de uma cidade o facto de que ella se retemperou dos estragos de uma epidemia?"

CONCEIÇÃO DE ITANHAEN — Composição de Benedicto Calixto: "Em campo de bláo, um cavallo branco, com tres lançadas no pescoço em sangue, bordados de ouro com cabeçadas e redeas de vermelho. Divisa: Angulus ridet, de góles em listel de prata, enramado por galhos de tabaco em flôr e de cafeeiro em frutificação. Encima o escudo a corôa mural de ouro."

O cavallo branco é o timbre dos condes de Vimieiro, donatarios da capitania de Conceição, de que Itanhaen era a capital. A divisa é uma citação de Horacio, repetida frequentemente por Anchieta e demonstradora do apego que o Thaumaturgo do Brasil tinha ás praias da pitoresca villa do litoral paulista: "Este cantinho me é muito risonho."

CANANÉA — Composição de Affonso de E. Taunay: "Escudo redondo, portuguez antigo, encimado pela corôa mural das cidades e esquartelado. No primeiro quartel, um padrão de pedra, com a cruz de Christo, rememora os marcos que Martim Affonso de Souza, em 1531, chantou á barra de Cananéa, no pontal de Itacurussá, primeiro ponto do litoral paulista a que aportou. No segundo, os castellos das armas de Castella, os escudetes das quinas de Portugal"
acantonados e uma cabeça de indio, no meio do quartel, relembrem que nas primeiras décadas quinhentistas foi Ca-
nanéa local onde existiu importante nucleo hispano-portuguez de naufragos vivendo entre indios. No terceiro, um casco especado, de não em construçção, recorda a existência dos antigos e vultosos estaleiros cananeenses, sobretudo no seculo 
XVIII. No quarto, três bateias rememoram a assaz impor-
tante mineração aurifera da região, no seculo XVII, sobre-
tudo. O traço da convenção geographica hispano-portuguez 
de 1494, relativa ao meridiano lindeiro, sobrepasto aos traços 
do “partido” do escudo, evoca o tão citado e celebrado meri-
diano de Cananéa, das discussões dos antigos cosmographos, 
a proposto da demarcação dos domínios das corôas de Por-
tugal e Hespanha, em virtude do tratado de Tordesilhas. 
Como tenentes do escudo, figuram, à dextra, um homem de 
armas portuguez quinhentista, a lemar Pero Lobo e a sua 
mallograda expedição, exterminada no sertão de Iguassú. 
Foi a primeira bandeira de que falam os nossos annaes, par-
tida de Cananéa, como se sabe, á busca de minas de ouro, e 
a mandado de Martim Affonso de Souza, por instigação do 
famoso e mysterioso “Bacharel de Cananéa”. E’ este re-
memorado na figura do tenente de senestra, vestido da loba 
e dos arminhos dos letrados quinhentistas. No listel, enra-
mado de cannas e arroz, culturas antigas e recentes do mu-
ncipio, inscreve-se a divisa: “Sou cidade illustre do Brasil”. 
_Urbs Bralisiae clara_. Sobre o torreão central da corôa mural, 
coloca-se como timbre o elmo do brazão de Martim Af-
fonso de Souza com o seu leão purpurno. Lembra este 
capacete o papel proeminente de Cananéa no conjunto da 
viagem, pelo Brasil e por São Paulo, do famoso navegador e 
povoador quinhentista. Sobre a porta do mesmo torreão, 
vê-se um escudete com o cordeirinho e a bandeirola, sym-
boles de S. João Baptista, orago da cidade, e o trigramma 
I. H. S., da Companhia de Jesus, a cujos missionaries se 
ouve a primeira fundação da villa cananeense entre os in-
dios.”